

**Plano Verão: novo recorde
no arrocho dos salários**
Sarney penaliza trabalhadores
para pagar a dívida externa. Pág. 19

**Violência no campo
atinge maior dimensão**
Morte de Chico Mendes evidencia o
agravamento das tensões na zona rural.
UDR está por trás dos assassinatos e
é estimulada pela impunidade. Pág. 24



Debate Sindical

Nº 5 MARÇO/ABRIL
MAIO — 1989
NCz\$ 1,50

Qual o papel da Corrente Classista no sindicalismo?



ÍNDICE

3	Apresentação
4	I Congresso Nacional da CSC
5	A importância da Corrente Sindical Classista
9	Mudanças no sindicalismo pós-Constituição
13	A força dos urbanitários
19	Os efeitos do Plano Verão
24	A onda de assassinatos no campo
28	As limitações da luta econômica
32	O reformismo na história do sindicalismo
36	A polêmica entre os docentes
41	Resenha de livros
42	As mudanças no CES



Debate Sindical

A revista **Debate Sindical** é uma publicação do Centro de Estudos Sindicais (CES). Os artigos publicados não refletem necessariamente o ponto de vista da diretoria do CES.

Colaboram nesta Edição:

Altamiro Borges
Roseli Figaro
Lejeune Mato Grosso de Carvalho
Ronald Freitas
José Carlos Ruy

Marcos Aurélio Ruy
Umberto Martins
Agenor da Silva

Capa:
Bernardo Joffily

Ilustrações e Fotos:
Arquivos de Jornais e Agências

Composição, Fotolitos e Past-up:
Editora Jornalística AFA — Rua Maria Jose, 334 - Bela Vista — Fones: (011) 36-8462 e 34-8456 — São Paulo

Impressão e Acabamento:
Companhia Editora Joruês

Tiragem desta edição: 4.000 exemplares

Jornalista Responsável:
Altamiro Borges (Reg. no MTb nº 12.386-43-57/SP)

Endereço para Correspondência:
Rua Major Quedinho, nº 300, sala 15 - Bela Vista - Cep: 01050. Fone: (011) 37- 7300 - São Paulo-SP — Brasil.



Companheiro Sindicalista

A **Debate Sindical** reaparece num momento de grandes acontecimentos no cenário político e sindical brasileiro. Um fato significativo deste trimestre é a realização do I Congresso Nacional da Corrente Classista, uma nova força que surge e ganha adesões por sua postura de combate ao **peleguismo** e de defesa da unidade na luta contra a política econômica do governo e a exploração capitalista.

Outra questão fundamental que agita os meios sindicais é o chamado Plano Verão. O novo pacote de Sarney representa mais um duro golpe nos interesses dos trabalhadores e do país, arrojando os salários e afundando o Brasil na recessão. Apesar de algumas dificuldades, o sindicalismo se prepara para dar uma resposta ao Plano — a greve geral. O “Choque de Verão”

obrigou, inclusive, a retomada das articulações unitárias e fez com que os setores mais apelegados, articulados em torno do tal “sindicalismo de resultados”, mudassem seu discurso e abandonassem a comédia do pacto social — temendo a repulsa das bases.

Todos estes fatos têm como fundo o agravamento da crise econômica e o aguçamento da luta de classes no país. A sucessão presidencial tende a polarizar ainda mais a disputa entre os setores progressistas e conservadores da sociedade. Esse é um momento crucial na vida política brasileira. Ele exige da parte dos trabalhadores que se impulsione as lutas e que se avance na construção da unidade das forças populares. Daí a importância do Congresso da Corrente Classista e a necessidade da greve geral!



Congresso da CSC marco na história do sindicalismo

O I Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista, nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro, é evento que já tem sua presença garantida na história do sindicalismo brasileiro. Ele reunirá dirigentes e ativistas sindicais de todo país, numa previsão inicial de cerca de 2 mil participantes. Durante os três dias, os

congressistas discutirão a conjuntura política e a situação de agravamento da crise econômica, darão um balanço no estágio das mobilizações dos trabalhadores e definirão um plano de ação com vistas a fortalecer o movimento sindical e impulsionar as lutas dos assalariados por seus objetivos imediatos e futuros.

A importância do congresso reside no fato dele reunir um setor do sindicalismo que sempre batalhou por dar um caráter combativo e unitário às lutas sindicais. Várias das lideranças que hoje organizam a Corrente Classista surgiram no período da retomada da mobilização dos trabalhadores no final da década de 70. Na época, foram expoentes do movimento pela rearticulação das intersindicais e tiveram papel de destaque na realização unitária do 1º Conclat, em 81, que desafiou a legislação corporativista imposta pelo regime militar.

Quando da cisão do sindicalismo brasileiro, em 83, esse mesmo setor fez duras críticas aos fundadores da CUT, condenando sua ação exclusivista e divisionista e suas práticas antisindicais e paralelistas. Durante mais de dois anos, os sindicalistas classistas participaram de uma articulação nacional, a Conclat, que tinha como eixo principal a reunificação do sindicalismo e a construção de uma única central no país. Inviabilizada essa proposta — principalmente pela intransigência da CUT —, o setor classista contribuiu de maneira decidida para fundação e estruturação da CGT.

No interior da CGT, entretanto, as teses classistas esbarraram novamente em obstáculos. Dirigentes sindicais apelegados, fortalecidos pela guinada de direita do governo Sarney, organizaram o chamado “sindicalismo de resultados” — articulação que se contrapôs a todas ações unitárias dos trabalhadores, como a greve de outubro de 87, e passou a defender abertamente as propostas patronais na Constituinte. Apelando para o banditismo sindical e utilizando-se de recursos financeiros do exterior, esse agrupamento tomou de assalto a CGT e rasgou totalmente seu programa e seus critérios sindicais de representação. Isso ocorreu numa reunião nacional da CGT em janeiro de 88.

Diante desse golpe diretista, os sindicalistas realmente comprometidos com o avanço das lutas dos trabalhadores romperam com a direção da CGT e fundaram a Corrente Sindical Classista, numa plenária realizada em abril. A CSC já nasceu com uma base respeitável, pois conseguiu o apoio e a adesão da maioria das CGTs estaduais. Estas se recusaram a ser esteio do peleguismo do “sindicalismo de resultados”.

Por suas propostas avançadas e sua prática combativa, a Corrente Classista ampliou sua influência no sindicalismo. Mesmo com sua frágil estrutura, ela passou a jogar papel nas lutas dos

trabalhadores. Foi uma das mais incisivas no combate à trama do “pacto social”, num momento em que a CGT era participante ativa da comédia e setores majoritários da CUT demonstravam vacilações. Também tem se destacado na defesa da greve geral contra o Plano Verão.

Em ritmo de greve geral

Um outro fator que ressalta a importância do I Congresso Nacional da Corrente Classista é o próprio momento de sua realização. O evento se dá numa conjuntura de agravamento da crise econômica, de polarização das disputas políticas (que tem como pano de fundo as eleições presidenciais), e de aguçamento da luta de classes no país. Um dos principais pontos de pauta dos congressistas será exatamente a discussão sobre as formas de mobilização dos trabalhadores para derrotar o novo pacote econômico do governo Sarney.

Desde quando o “Plano Verão” foi editado, em 15 de janeiro, a Corrente Classista defende a greve geral como a melhor resposta dos assalariados ao arrocho e à recessão. Num primeiro momento, a proposta encontrou resistências. Isto porque as duas centrais sindicais tiveram uma posição dúbia com relação ao pacote econômico. A CGT, que estava totalmente atolada nas negociações do tal “pacto social”, mudou repentinamente de postura. Temendo a repulsa das vítimas do “Plano Verão”, fez discurso de combate à política econômica do governo e falou até em greve geral. De concreto, entretanto, não mexeu um dedo para viabilizar a proposta. Foi só mais um jogo de cena!

Já na CUT, o “Plano Verão” gerou atritos internos. Representantes do bloco majoritário desta central, conhecido como “Articulação”, chegaram a elogiar o pacote de Sarney, argumentando que ele tinha “pontos positivos” e abria “canais para futuras negociações”. Essas declarações serviram para amortecer os ânimos e foram saudadas pelo próprio ministro Mailson da Nóbrega. Diante de duras críticas, inclusive de cutistas que falaram em “reformismo da direção”, a CUT mudou de posição e também passou a defender a greve geral contra o pacote.

Finalmente, após incontáveis articulações, a greve geral foi marcada para os dias 14 e 15 de março. A unidade alcançada em torno da proposta ainda não é das mais sólidas. Houve inclusive discriminações e exclusivismos por parte das centrais na decisão da paralisação nacional. Mas o principal é que se marcou o protesto e que agora é preciso unir todas as forças realmente interessadas na sua viabilização.

O Congresso da Corrente Classista ocorrerá a duas semanas da realização da greve. Contando com expressiva representatividade sindical, será sem dúvida um impulsionar da mobilização contra a política entreguista e recessiva do governo. O espírito unitário que norteia sua ação será indispensável para o êxito da greve geral e das futuras lutas dos trabalhadores por sua emancipação social.

Corrente Classista: uma necessidade para o avanço das lutas sindicais no país

Ronald Freitas *

O movimento operário, através da sua história, acumulou rica experiência de luta contra a exploração do capital e do Estado Burguês que o representa. Das formas "primitivas" de resistência, como motins, quebra de máquinas, etc., evoluiu para a luta grevista, para a organização dos sindicatos e para a inserção na luta política com o objetivo maior de livrar-se de uma vez por todas do capitalismo.

Nesta longa caminhada, elaborou, através da luta, da polêmica e da sistematização de suas experiências, um corpo de idéias gerais que o orienta e são o seu guia para que essa luta seja um fator real de avanço e não um instrumento a mais — sofisticada que seja — de dominação do capital.

Nesse processo, adquiriu clara consciência de que a luta reivindicatória — econômica, se bem que importante e necessária, é um instrumento limitado de mobilização e conquistas. Que sua predominância no movimento o restringe a luta reformista, que não passa de uma tentativa de minorar o saque capitalista sobre o trabalhador.

Em contrapartida, compreendeu que a luta política da classe operária, a luta pelo poder proletário, é a chave para que a sua resistência à exploração patronal esteja situada no leito correto de acumular forças políticas e organizativas que permitam conquistar seus objetivos maiores de emancipação de classe.

Nesse processo, o movimento operário soube também encontrar formas organizativas que melhor se adequassem às suas necessidades políticas. Evoluiu das "caixas gerais" às União de Luta, aos sindicatos e ao partido político operário e revolucionário.

CGT vira reserva da burguesia e CUT mantém exclusivismo, apesar de sofrer mudanças

Hoje o movimento sindical em plano mundial passa por uma grave crise. Após brilhantes êxitos obtidos no campo teórico, político e organizativo, até os anos 50, sofreu sérios reveses, perdeu a perspectiva e viu-se hegemonizado por idéias reformistas, de conteúdo social-democrata, que se apresentam tanto pela direita, como pela "esquerda", e hoje estão encastradas nas centrais sindicais internacionais, tendo à frente a CIOSL e a FSM.

No Brasil, o movimento sindical vive um período de luta e definições. É intensa a disputa pela a sua hegemonia. Após 21 anos de ditadura militar, de feroz repressão às suas principais lideranças, tenta-se retomar a luta. Tudo isso, apesar de não se levar em conta a rica experiência histórica da classe operária brasileira nesse campo, particularmente a defesa da unidade e unicidade sindical e no combate às correntes reformistas, pelegas e social-democratas. Assim, a divisão que se instalou no processo de construção e controle de uma central sindical unitária perdura e, mantidas as condições atuais, podem ainda durar um longo período.

A CGT vive um processo de crise interna seríssima. A partir de janeiro de 1988, quando foi tomada de assalto pela direita sindical, liderada por Magri e Medeiros, e abandonou seu programa e a sua proposta sindical, perdeu a

* Jornalista, diretor do Instituto de Cultura Operária e membro do Conselho Consultivo do CES.

sua independência e passou a ser uma reserva da burguesia mais reacionária. Embarcou na aventura do pacto social do governo, sendo utilizada por Medeiros como escudo para a traição aos trabalhadores brasileiros. O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, não passa de um fantoche nas mãos de Medeiros e Magri e deixou de ter papel no cenário sindical. Essa central encontra-se totalmente desmoralizada. Só continua a existir na medida que interessa ao patronato e ao governo, já que serve como um biombo para tentar enganar os trabalhadores. Ela encarna a concepção reformista pela direita.

A CUT, nesse período, acabou se consolidando como um central reconhecida pelo conjunto do movimento sindical brasileiro e conta com um significativo respaldo de massas. Isto em função do agravamento da crise do país; as aspirações dos trabalhadores por uma central sindical que potencializasse as suas forças e as suas lutas; pelo vazio deixado pela CGT; pela falta de uma alternativa que galvanizasse a luta e o sentimento do próprio movimento; por ter uma postura de presença ativa nas lutas e disputar intensamente as eleições sindicais. Tudo isso apoiado numa bem sucedida política de marketing.

Na sua evolução mais recente, introduziu mudanças estatutárias que objetivam dar-lhe um caráter de maior representatividade sindical e limitar as práticas paralelistas das "oposições sindicais".

Ainda assim, mantém a sua concepção sindical social-democracia. Defende o pluralismo sindical e a Convenção 87 da OIT. Desenvolve atualmente uma política que privilegia a negociação com o governo Sarney e não a luta (veja a postura recente que teve diante do

chamado pacto social). Seus mais altos dirigentes, entre outras viagens internacionais, foram recentemente à Israel e voltaram tecendo loas ao movimento sindical e ao governo daquele país, de conhecidas posições anti-operárias, contra-revolucionárias e sionistas. Exclusivista e partidarizada, executa no geral uma política que não leva em conta os interesses maiores do movimento sindical e sim daqueles que se alinham com as suas concepções. É na realidade defensora de um sindicalismo reformistas, com palavreado de esquerda.

Corrente Sindical Classista apresenta programa avançado e aumenta sua influência

A Corrente Sindical Classista surge dentro desse processo de reconstrução do movimento sindical brasileiro, retomando nas suas mãos a concepção sindical, histórica e vitoriosa, do proletariado internacional e nacional. Se propõe e desenvolver um sindicalismo que tem como objetivo maior levar a luta sindical a se integrar à luta da classe operária e do povo por sua emancipação nacional e social. Se opõe decisivamente a todas as manifestações de reformismo sindical, quer ele se apresente descaradamente pela direita, como o pratica Luiz Antonio Medeiros e Antonio Rogério Magri, quer quando se camufla pela "esquerda", como acontece com as correntes social-democratas e trotsquistas existentes no interior da CUT.

A Corrente Sindical Classista defende um sindicalismo unitário e combativo, que lute por vitórias no campo econômico — como



Mesa coordenadora dos trabalhos da Plenária Nacional de Entidades Sindicais, que fundou, em 9 de abril de 88, a Corrente Classista

melhores salários e condições de trabalho — e no campo político. Tem aguda consciência de que nos marcos do capitalismo a classe operária e o movimento sindical não obterão vitórias significativas e definitivas e nem terão “resultados” ou “conquistas” duradouras.

Por isso propugna, como objetivo maior da luta sindical, ser um instrumento de acumulação de forças políticas e organizativas da classe operária e dos trabalhadores assalariados, no seu processo de libertação e emancipação política e social.

Considera fundamental que a organização dos sindicatos esteja baseada em princípios e mecanismos democráticos que permitam uma ampla participação dos trabalhadores na vida de sua entidade. Critica o fato de que hoje, com base em polpidos recursos materiais, o movimento se vê controlado por cúpulas que manipulam assembléias e eleições de modo a se perpetuarem no poder e dessa maneira utilizar o sindicato em função de seus interesses próprios e não nos da categoria e da classe.

A Corrente Classista defende um sindicalismo politizado. Compreende que os sindicatos não podem ser “aparelhos” de Partidos Políticos, mas combate veementemente toda a tentativa de neutralidade e apoliticismo do movimento sindical. É preciso que o sindicalismo seja parte da luta política da classe operária para superar a causa maior da exploração econômica e de opressão política — que é o sistema capitalista.

Defende um sindicalismo participante das lutas concretas do nosso povo por melhores condições de vida e liberdade. Por isso se situa na luta política, realizando alianças, que, sem abrir mão das suas concepções e lançar confusão na massa, garantam o avanço das lutas e da organização popular e operária. Combate a

visão imobilista e teoricista, que sob o argumento da “pureza” de idéias se afasta do curso real da luta e se isola em atividades e ações irreais.

Novo quadro político exige unidade mais ampla dos setores progressistas

Após a vitória das esquerdas nas eleições de 15 de novembro de 1988, vivemos em nosso país uma situação favorável ao avanço da luta de todo o povo. Abrem-se enormes possibilidades para que, unidos, os setores progressistas e populares conquistem a presidência da República. O movimento sindical está chamado a jogar um enorme papel nessa hora. Se for capaz de agir unitariamente, poderá ser um fator que contribua para a formação de uma Frente Popular e Progressista que indique, com o seu apoio, um candidato único das esquerdas para disputar as eleições presidenciais.

Essa conjuntura política favorável e nova cria condições para um avanço do movimento social que estrapola em muito a disputa sucessória deste ano. Ele cria a possibilidade de construção das bases de um amplo movimento que, englobando partidos políticos de esquerda, Movimento Sindical, Movimento Popular, de jovens, estudantes e de mulheres, personalidades progressistas e democráticas, etc., seja um esboço da insatisfação e da vontade de mudanças que existe nas massas e assim se transforme num canal político que faça avançar a luta emancipacionista de nosso país.

Nesse quadro compete aos setores classistas do movimento sindical realizar uma política de alianças que reflita a nova correlação de forças da sociedade e contribua para o avanço da luta do conjunto dos trabalhadores. A CUT, pelo papel que vem desempenhando, seu crescimento e o reconhecimento por parte dos trabalhadores como sendo a central de luta no país, credencia-se a ser um aliado privilegiado nesse processo de construção da Frente Popular e Progressista.

A Corrente Sindical Classista deverá assim realizar uma política de Frente Única prioritariamente com a CUT, de modo a construir um campo político no movimento sindical capaz de estar à altura dos desafios do momento. É necessário que o próprio sindicalismo compreenda a gravidade da situação que vivemos e as possibilidades que se abrem para uma ação unitária. E, desta forma, deixe de lado questões menores de interesses grupistas e exclusivistas e busque de forma flexível e ampla os caminhos que o levem a unidade orgânica do conjunto do movimento sindical.

Na Plenária da CGT, em janeiro de 88, o “sindicalismo de resultados” apela para o banditismo e toma de assalto a direção da Central



Quais as mudanças que ocorreram no sindicalismo após a nova Constituição?

Altamiro Borges *

Desde 5 de outubro passado, data da promulgação da nova Constituição do país, o sindicalismo brasileiro respira ares diferentes e vive uma nova fase em sua longa história. A legislação sindical imposta por Getúlio Vargas, que por mais de meio século trouxe tantos prejuízos à organização dos trabalhadores, finalmente foi extinta.

Com o novo texto constitucional não vigoram mais vários mecanismos que o Estado detinha para controlar os sindicatos e entravar as lutas dos assalariados. Estes estavam inscritos no repudiado Título V da CLT, que agora não tem mais validade. Além de garantir que "é livre a associação profissional e sindical", o artigo 8º do Capítulo II da Constituição atual é taxativo ao proibir "ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical".

Desta forma, desapareceram o monopólio do Ministério do Trabalho na concessão das cartas sindicais, o "estatuto padrão", a proibição da sindicalização do funcionalismo público, o controle arbitrário do governo sobre as contribuições financeiras dos trabalhadores, a tutela sobre as eleições sindicais, etc. E mais: o Estado perdeu o poder, inúmeras vezes utilizado, de intervir nos sindicatos, cassando diretorias legitimamente eleitas, nomeando juntas governativas, e, até mesmo, decretando o fechamento de entidades sindicais.

Diante da nova realidade constitucional, fruto da histórica luta dos trabalhadores por liberdade e autonomia sindicais, o que mudou de concreto na vida do sindicalismo brasileiro? O tempo é curto para uma resposta mais definitiva, mas o que se observa até agora é que as alterações ainda são

pequenas e tímidas. Isto por inúmeras razões. A primeira é que a própria Constituição deixou várias questões em aberto, dependendo de futura legislação complementar e ordinária.

Ao afirmar que "a Lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato", o que é uma vitória da autonomia, a nova Carta fala num "órgão competente" para registrar as entidades sindicais. Essa questão é fundamental, ainda mais quando se sabe que a Constituição garante o princípio da unicidade e que este órgão é que deverá zelar por ela, evitando a fragmentação dos sindicatos no país.

Este "órgão competente" terá grandes responsabilidades. Ele é que dará a última palavra na fundação e registro dos sindicatos, no desmembramento e extensão de bases sindicais, etc. Dada sua importância política, a disputa pelo seu controle já é visível e tende a aumentar. Toda essa pressão terá com palco privilegiado o Congresso Nacional, onde serão definidos os critérios de composição desse órgão, as regras para sua formação, seus poderes, abrangência e limitações.

As confederações nacionais de trabalhadores, criadas por decreto do governo na década de 40 e totalmente afastadas das bases sindicais, já tem uma proposta para formação do "órgão competente". Como não poderia deixar de ser, ela é a mais antidemocrática possível e visa unicamente concentrar maiores poderes nas mãos dos pelegos que reinam nessas entidades de cúpula há muitos anos.

A proposta fala na criação de um "Conselho Nacional do Sistema Confederati-

* jornalista e presidente do Centro de Estudos Sindicais.

vo", composto pelos dirigentes das oito confederações de "trabalhadores" e das similares patronais. Esse órgão não teria qualquer vínculo com as entidades sindicais de base e cogita-se, inclusive, a utilização dos mesmos métodos arbitrários praticados pela finada Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho no trato do problema.

Nesse terreno não se pode criticar as confederações por imobilismo. Elas já realizaram várias reuniões em Brasília, contatos com técnicos do governo e publicaram um edital na imprensa convocando um encontro para o dia 09/11/88, no qual seria fundado o tal conselho. Além disso, possuem o apoio do Palácio do Planalto e das confederações patronais e contam com um eficiente lobby para pressionar deputados e senadores. Encontram-se, portanto, na dianteira nessa questão chave para o sindicalismo.

Ausência de iniciativas para evitar as manobras pelegas e a volta à tutela do Estado

Já da parte dos sindicalistas mais atuantes, comprometidos com as lutas dos trabalhadores, o que se nota é certa falta de iniciativa. Por enquanto não existe uma proposta que unifique esse campo. Quem mais avançou na questão foi a Corrente Sindical Classista. Em julho passado, num seminário feito em São Paulo, ela aprovou a idéia da formação das Comissões de Reconhecimento Sindical — nacional e estaduais.

Pela proposta formulada, estes órgãos seriam totalmente autônomos, sem qualquer ingerência dos patrões e do governo. Eles seriam eleitos em fóruns unitários com a participação de representantes de todos os sindicatos existentes. Teriam o papel de analisar e julgar as pendências e conflitos surgidos na fundação de novos sindicatos e no desmembramento e extensão de bases sindicais, sempre após ouvir as partes envolvidas no litígio.

Essa proposta, que é inovadora e preserva a autonomia sindical conquistada, tem conseguido simpatias e adesões. Num recente seminário de advogados trabalhistas, idéia semelhante foi apresentada e obteve apoio. Também em vários congressos de trabalhadores, como no dos professores da Bahia, a proposta da Corrente Classista foi aprovada.

Na própria CUT há dirigentes sindicais que já manifestaram sua concordância. Entretanto, essa central ainda não tem uma posição clara e definida sobre o tema. No seu segundo congresso, no Rio de Janeiro, aprovou-se a tese exclusivista e impraticável de que a própria CUT teria as funções de "órgão competente". Já no terceiro Concut, em setembro passado, não houve uma resolução específica sobre a questão.

Enquanto isso ocorre, faltam iniciativas concretas no sentido de evitar que o tal "órgão competente" caia nas mãos das confederações pelegas ou mesmo que suas atribuições voltem a ser exercidas pelo Estado. Segundo a coordenação nacional da Corrente Classista, em breve será apresentado um projeto de lei para regulamentar a criação das Comissões de Reconhecimento Sindical. Para viabilizar essa proposta, que é mais democrática e unitária, será necessária uma

Trabalhadores brasileiros se fizeram presentes na abertura da Assembléia Constituinte e influenciaram para que mudanças ocorressem



grande pressão sobre os parlamentares do Congresso Nacional.

Novos estatutos sindicais necessitam ampliar a democracia nas entidades

A ausência de alterações significativas no sindicalismo brasileiro após a Constituinte não se deve apenas a falta de uma legislação ordinária. Parece até que os longos anos de tutela do Estado sobre os sindicatos acabaram por viciar o dirigente sindical, diminuindo seu ímpeto de mudança e gerando um certo espírito rotineiro. Os espaços abertos a partir do novo texto constitucional ainda não foram ocupados com medidas inovadoras e ousadas. Isto fica patente ao se ler os estatutos que ainda regem a vida da maioria dos sindicatos do país.

O famigerado "estatuto padrão", que era imposto pelo Ministério do Trabalho como condição obrigatória para o reconhecimento das entidades sindicais, continua em vigor. Isto apesar da Constituição atual não exigir mais sua manutenção. A nova Carta finalmente possibilita que os próprios trabalhadores, em assembleias democráticas, elaborem os estatutos de seus sindicatos, definindo seus rumos e funcionamento. No entanto, poucas iniciativas foram tomadas nesse sentido.

Desta maneira, os estatutos continuam a proclamar que o objetivo do sindicato é "colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade das classes" e "promover a conciliação nos dissídios coletivos". Nele não há lugar para instâncias democráticas nas entidades sindicais. Ele só prevê a assembleia e a reunião da diretoria. A base não tem vez. Quem convoca a assembleia é basicamente a direção do sindicato; e o presidente da entidade concentra tantos poderes que na maioria dos casos nem consulta o restante da diretoria.

Por este "estatuto", as eleições sindicais têm tudo para se transformar em grandes farsas. A categoria dificilmente tem condições para julgar uma gestão no sindicato. Isto porque a chapa da situação possui mecanismos para esconder o edital de convocação do pleito, manipular as listas de votantes, boicotar os novos sindicalizados, discriminar as forças de oposição na hora de fixar o roteiro das urnas e de indicar os mesários e fiscais, etc. Além disso, a "justiça", que se intromete na vida sindical para fiscalizar a eleição, sempre dá uma força na apuração para a chapa que melhor representa os interesses do governo e dos patrões.

Se o "estatuto padrão" gera tantas distorções nos sindicatos, multiplique por mil nos casos das federações e confederações. Estas entidades de nível superior vivem no Olimpo, completamente distanciadas das



bases. O "estatuto" não prevê qualquer participação dos trabalhadores na definição dos rumos destas entidades — a não ser a vultuosa contribuição financeira compulsória. Isto explica o longo reinado dos velhos pelegos.

A necessidade de alterar estes estatutos, livrando-se de todo seu ranço autoritário, é urgente. Não há nada que justifique a sua manutenção, que só desgasta e esvazia as entidades sindicais. Para isso o sindicalismo conta com experiências recentes positivas. Algumas entidades de nível superior, por exemplo, desafiaram a legislação anterior e passaram a eleger suas diretorias em congresso — abandonando os antigos "colégios eleitorais". Vários sindicatos também já adotam práticas mais democráticas nas eleições e abriram novos canais para a participação das bases, como os congressos de categorias.

O anseio pela democratização das entidades é que deve nortear os debates na elaboração dos novos estatutos. Com esse espírito, o **Centro de Estudos Sindicais (CES)** acaba de editar um caderno com um projeto inicial de "estatutos democráticos". Nele são defendidas propostas ousadas, como a da constituição de Comissões Eleitorais, compostas pelos representantes das chapas concorrentes, para conduzir as eleições sindicais. O CES sugere inclusive a criação de um Fundo Especial para financiar as chapas de maneira mais igualitária.

Para o CES, uma questão decisiva é abrir o sindicato para a participação das bases, deixando que no seu interior se expresse o pluralismo de idéias existentes entre os trabalhadores. Essa é a condição básica para se alcançar a unidade e a coesão indispensáveis à luta. Nesse sentido, o estatuto do CES propõe a criação de novas instâncias de consulta e decisão nos sindicatos, como o Congresso da categoria e o Conselho de Representantes. Este último seria eleito pelo critério da proporcionalidade.

Nas futuras modificações dos Estatutos Sindicais, é fundamental que as assembleias dos trabalhadores tenham um papel destacado

de, permitindo assim que as várias correntes atuantes na base tenham direito de opinar e decidir sobre os rumos de sua entidade.

Funcionalismo vive clima de efervescência e funda inúmeros sindicatos no país

Se na questão dos estatutos ainda se detecta certa morosidade, já num outro campo o clima é de efervescência. Estamos falando da organização sindical do funcionalismo público. Este setor, que reúne expressivo contingente de trabalhadores, nunca teve o direito de formar sindicatos. O Capítulo VII da nova Constituição, ao afirmar que "é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical", representou a abertura das comportas e uma grande vitória do sindicalismo.

Na manhã seguinte à promulgação, várias associações de servidores já entraram com pedido de registro de novos sindicatos nos cartórios. Nesse setor pode-se afirmar que o texto constitucional gerou profundas mudanças. Mas esse processo também não tem sido tranquilo. Isto porque o funcionalismo, apesar da proibição legal, já contava no passado com suas associações. Algumas de caráter sindical; outras puramente recreativas e assistenciais. Algumas com tradição de luta, respaldo nas bases e reconhecido nível organizativo; outras frágeis e dispersas, representativas de parcelas reduzidas de servidores.

Num quadro de pulverização e confusão, como o que impera no setor atualmente, o novo texto constitucional coloca um grande desafio para as lideranças sindicais do funcionalismo. O que está na ordem do dia é qual a melhor forma de organização dos sindicatos de funcionários públicos. Esta questão tem gerado disputas e polêmicas. Há também o problema do controle das máquinas das antigas associações, que acirra

ainda mais os ânimos. E existe ainda um certo corporativismo no setor, que sempre foi alimentado pela hierarquia do Estado.

Todos esses fatos têm levado ao surgimento de vários litígios na área. As posições em jogo são as mais distintas. Os setores imobilistas que controlam ricas associações, por exemplo, parecem realizar um movimento articulado a nível nacional para transformar as antigas entidades em meros clubes particulares, evitando desta forma a perda da "máquina" e desrespeitando os associados.

Entre o que existe de mais combativo nessa frente sindical, também não há uma posição de consenso. Algumas lideranças do funcionalismo defendem a formação dos chamados "sindicatos únicos" — entidades que representariam todos os servidores públicos de uma mesma esfera administrativa. Essa é a proposta, por exemplo, do setor pejorativamente taxado pelos próprios cutistas de "xiitas" da CUT. O seu grande defeito é que não leva em conta as especificidades existentes no funcionalismo e, desta forma, tenta promover uma unidade artificial do setor.

O que se observa, no entanto, é que no geral o funcionalismo tem optado pela construção de sindicatos por setores de atividades a fins. Essa proposta está mais de acordo com a realidade e tem o apoio das associações com maior tradição de luta e nível organizativo. Ela tem sido vitoriosa na maioria dos congressos de professores, por exemplo, que tem adotado a tese da formação dos sindicatos dos trabalhadores na educação. Essa inclusive foi a resolução, aprovada por esmagadora vantagem, do congresso nacional dos professores da rede pública.

Apesar dessas divergências e disputas, o funcionalismo é que vive com maior intensidade essa nova fase de movimento sindical brasileiro. O que predomina no setor é a disposição de ocupar os espaços abertos com o novo texto constitucional para promover o fortalecimento da organização sindical dos trabalhadores... e isso é extremamente positivo.

Um dos setores que mais cresceu em termos de mobilizações foi o funcionalismo público, que agora organiza os seus sindicatos





Urbanitários: categoria estratégica de trabalhadores na economia brasileira

Lejeune Mato Grosso de Carvalho *

A estrutura sindical brasileira, mesmo com as mudanças ocorridas com a Constituição federal, permanece quase que inalterada. Ela continua verticalizada e piramidal, dividindo os trabalhadores em ramos de atividades, em setores diferenciados e por profissões liberais.

Algumas categorias de trabalhadores pertencem ao setor primário da economia, outras aos setores secundário e terciário. Algumas delas, porém, acabam tendo uma importância estratégica para a vida nacional.

Dentre tantas categorias de importância estratégica, destaca-se a dos urbanitários, ainda que numericamente não seja grande. Constituem trabalhadores urbanitários aqueles pertencentes às empresas de produção de energia (de todos os tipos: do gás, elétrica e nuclear) e os empregados de empresas de purificação, distribuição de água e em serviços de esgoto, e os que trabalham em empresas de meio ambiente.

Trabalhadores da Sabesp dão demonstração de força na greve de novembro de 87

* sociólogo e assessor sindical da Federação dos Urbanitários do Estado de São Paulo.

A utilização do termo estratégico relaciona-se muito mais ao tipo de serviço e a sua relevância para a sociedade, do que a sua importância para a economia nacional. É evidente que também para a economia o setor tem um significado especial, porque particularmente a geração de energia e a sua distribuição para que chegue a todas as cidades e fábricas, acaba sendo também estratégico para o desenvolvimento de qualquer país.

Ainda na questão energética, ela é vital para o bem estar do conjunto da sociedade e para o seu progresso. Países que não investiram alto na produção e na geração de energia, ficaram muitos anos defasados em relação às suas próprias potencialidades de desenvolvimento. Não foi por acaso que os países que realizaram revoluções populares, tomaram medidas imediatas e vigorosas para a solução dos problemas do setor.

Os urbanitários brasileiros produzem atualmente não só a energia derivada das usinas hidroelétricas, mas também a derivada da força do átomo. É o caso da usina de FURNAS — Centrais Elétricas, na cidade de Angra dos Reis, na Praia de Itaorna, no Estado do Rio de Janeiro. Ainda que operando com baixa produção, esta polêmica usina já tem condições de gerar energia elétrica a partir do aquecimento de água decorrente do incitamento dos átomos de urânio.

Mas há outro aspecto que mostra bem a essencialidade dos serviços prestados à população pelos urbanitários brasileiros. É o lado da purificação e da distribuição de água. Se fica difícil hoje imaginarmos uma cidade sem energia, imagine se a mesma ficasse privada do seu fornecimento de água. Seria realmente o caos.

Todas as Leis de Greve deste país (anti-greve na verdade) sempre restringiram ou proibiram totalmente a greve no setor urbanitário. A alegação é de que o setor é essencial. Particularmente na geração de energia elétrica, não se conhece uma greve de eletricitários que não tenha acarretado a

invasão das usinas por forças policiais e do exército. Mesmo mais recentemente, com a nova Constituição, as greves do setor elétrico ocorreram praticamente sob a intervenção militar.

Dos 400 mil trabalhadores do setor no Brasil, 70 mil estão em São Paulo

Estima-se que devam estar empregados no setor, a nível nacional, cerca de 400 mil trabalhadores, sendo que 70 mil em São Paulo, 30 mil em Minas Gerais e os 300 mil restantes espalhados pelo Brasil. Esses números não levam em conta ainda o enorme contingente de funcionários públicos das empresas municipais e autarquias pertencentes ao setor, que até a promulgação da Constituição era proibido de se organizar em sindicatos.

No Estado de São Paulo, até 30 de junho de 1987, estavam empregados exatamente 70.808 trabalhadores, espalhados por 187 empresas, sendo que dessas, 2 eram municipais, 9 eram particulares, 1 federal e as 6 restantes pertencentes ao governo do Estado (ver quadro I).

Internamente, entre os vários segmentos da categoria, o mais importante é o energético, tanto em termos de número de trabalhadores empregados, como em faturamento líquido das suas empresas. O Estado de São Paulo gerou em 86, 56.378 GwH (26,62%) do total de energia de todo o país (ver Quadro II). O complexo chamado de Urubupungá, envolvendo as Usinas de Ilha Solteira, Juquiá e Água Vermelha, é o maior conglomerado de usinas geradoras de energia elétrica de todo o Brasil, formando na prática o chamado "anel" elétrico, que interligado com o fornecimento de outras usinas geradoras (no Estado ou fora dele) acaba sendo responsável pela distribuição de energia elétrica para 6 Estados do centro sul do país. Só para se ter uma idéia disso, a interrupção ou a queda de um dos circuitos desse "anel" significaria a queda de todo o sistema, deixando os 6 maiores Estados brasileiros praticamente às escuras. Tecnicamente isso já aconteceu, com o famoso black-out ocorrido em 85, deixando por algumas horas São Paulo e outros Estados completamente na escuridão.

Como os dados fora de São Paulo são de difícil obtenção, falaremos mais da realidade que nos apresenta, pela sua proximidade e pela certa facilidade com que os obtivemos.

O Setor público emprega 96,68% da mão-de-obra disponível. Ou seja, 68.456 trabalhadores urbanitários estão empregados em empresas de propriedade municipal, estadual e federal. No Estado, todas as cidades são servidas por serviços de energia elétrica, sejam eles de particulares ou estatais.

Mesa dos trabalhos de abertura do X Congresso Nacional dos Urbanitários, realizado em Brasília em 1987



Quadro I - Data-base X Sindicatos X nº de Trabalhadores

Empresas	Data-Base (1)	Nº de Trabalhadores (2)		Sindicatos Abrangidos
		Absoluto	Relativo	
Eletropaulo	Janeiro	20.584	29,07%	STIEE S. Paulo, STIU Santos
CESP	Janeiro	15.437	21,80%	STIEE Campinas, STIEE Ipaucú, STIU Santos e STIEE S. Paulo
FURNAS	Outubro	1.030 (3)	1,30%	STIEE Campinas e STIEE S. Paulo
CPFL	Janeiro	7.226	10,20%	STIEE Campinas
SABESP	Maio	18.629	26,30%	STIP Água/S.Paulo e STIU Santos
COMGAS	Janeiro	1.255	1,77%	STIP Gás/S.Paulo
CETESB	Maio	1.995	2,81%	STIP Água/S.Paulo e STIU Santos
CAIUÁ	Abril	487	0,69%	STIEE Presidente Prudente
VALE	Abril	442	0,63%	STIEE Campinas
SANTA CRUZ	Novembro	472	0,67%	STIEE Ipaucú
SAÑASA	Março	1.800	2,54%	STIP Água/Campinas
CAEMO	Maio	500	0,71%	STIP Água/Osasco
BRAGANTINA	Novembro	239	0,34%	STIEE Campinas
NACIONAL	Outubro	253	0,36%	STIEE Campinas
SUL PAULISTA	Abril	158	0,23%	STIEE Campinas
PAULISTA	Abril	154	0,22%	STIEE Campinas
JAGUARI	Junho	87	0,13%	STIEE Campinas
MOCOCA	Agosto	60	0,08%	STIEE Campinas
Totais	8 Datas-base	70.808	100,00%	9 SINDICATOS

Fontes: (1) DRT/S.Paulo - Cartas Sindicais (2) DRH das empresas até 30/6/87 — ofícios arquivadas junto à Secretaria da FTIUESP (3) O número de empregados de FURNAS São somente os lotados no Estado de S.Paulo (4) Dados fornecidos pelos Sindicatos

Quadro II — Capacidade Geradora x Geração x Consumo

	Capacidade Geradora (Mw)	Geração Bruta (GwH)	Consumo de Energia (GwH)
Brasil	46.149	211.779	188.085
São Paulo (% em rel. ao Brasil)	12.231 (26,50%)	56.378 (26,62%)	67.705 (35,99%)

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE - 1986

empresas com um máximo de 487 empregados (Caiuá) e um mínimo de 60 trabalhadores (Mococa).

A nível nacional, os urbanitários se distribuem por 86 empresas, sendo que 28 de saneamento e 58 de energia elétrica.

Os urbanitários brasileiros estão enquadrados junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias — CNTI, cuja sede fica em Brasília, e reúne oficialmente 65 Federações de Industriários. Os urbanitários possuem 3 Federações, sendo que duas delas

Já os serviços de água e esgoto estão restritos à SABESP e às empresas municipais de Serviços de Água e Esgoto, os SAEs (geralmente pertencentes ao funcionalismo municipal ou sendo autarquias).

As maiores empresas mesmo são as estatais, com algumas delas chegando a empregar perto de 20 mil trabalhadores, como é o caso da Eletropaulo, CESP e SABESP. No caso da SABESP, o seu atendimento às cidades paulistas atingia, em junho de 87, a 250 municípios (metade do Estado).

Os urbanitários brasileiros estão vinculados à CNTI, mas só têm três votos nas eleições

A partir daí, temos a CPFL, com perto de 7 mil empregados, e a CETESB com cerca de 2 mil trabalhadores. Todas as empresas do setor particular empregam pouco mais de 2 mil trabalhadores. Esse setor possui

de caráter estadual (São Paulo e Minas Gerais) e a outra de caráter nacional (com sede no Rio de Janeiro). São esses três votos do setor que tem garantido inclusive a permanência de um ou dois representantes da

categoria nas chapas da CNTI dos últimos anos.

Os Sindicatos de trabalhadores do setor são basicamente de três tipos: urbanitários em geral (envolvendo todas as categorias), de

Quadro III Entidades de Urbanitários por Estado por Setor e por Federação

Estados	Água e Esgotos	Urbanitários	Eletricitários	Gasistas	Totais	Federação
São Paulo	3	1	4	1	9	São Paulo
Minas Gerais	1	—	6	—	7	Minas Gerais
Rio de Janeiro	3	1	2	—	6	Nacional
Santa Catarina	1	—	5	—	6	"
Parana	—	3	1	—	4	"
Rio Gde. do Sul	1	—	3	—	4	"
Paraíba	1	1	1	—	3	"
Bahia	1	—	1	—	2	"
Distrito Federal	1	—	1	—	2	"
Ceará	1	—	1	—	2	"
Espírito Santo	1	—	1	—	2	"
Mato Grosso do Sul	1	—	1	—	2	"
Rio Gde. do Norte	1	—	1	—	2	"
Sergipe	1	—	1	—	2	"
Pará	—	1	1	—	2	"
Piauí	—	1	1	—	2	"
Acre	—	1	—	—	1	"
Alagoas	—	1	—	—	1	"
Amapá	—	1	—	—	1	"
Amazonas	—	1	—	—	1	"
Goiás	—	1	—	—	1	"
Maranhão	—	1	—	—	1	"
Pernambuco	—	1	—	—	1	"
Rondonia	—	1	—	—	1	"
Roraima	—	1	—	—	1	"
Mato Grosso	—	—	1	—	1	"
Totais Gerais	17	17	32	1	67	03 Federações

Fontes: Documentos internos da FNTIU, FTIVESP e FTIUMG
Expediente do Jornal "Urbanitário" nº 23 - Outubro/88 - Federação Nacional
Ofício nº 190/88 da FNTIU de 6/6/88
Catálogo Brasileiro de Entidades Sindicais Urbanas - IBGE - Julho - 1988

Quadro IV — Entidades Sindicais × Setores × Regiões Geográficas
(quadro por números absolutos e relativos)

Regiões Geográficas Tipos de Entidades	Sudeste		Nordeste		Sul		Centro-Oeste		Norte		Totais	
	absol.	rel.	absol.	rel.	absol.	rel.	absol.	rel.	absol.	rel.	absol.	rel.
Urbanas (STIU)	02	8,33%	05	31,25%	03	21,43%	01	16,67%	06	85,71%	17	25,37%
Elettricidade (STIEE)	13	54,17%	06	37,50%	09	64,29%	03	50%	01	14,29%	32	47,76%
Água e Esgoto (STIPAE)	08	33,33%	05	31,25%	02	—	02	33,34%	—	—	17	25,37%
Gás (STIPG)	01	4,17%	—	—	—	—	—	—	—	—	01	1,50%
Totais	24	100%	16	100%	14	100%	06	100%	07	100%	67	100%

Fontes: Documentos Internos da FNTIU, FTIUESPe FTIUEMG e Catálogo Brasileiro de Entidades Sindicais Urbanas - IBGE Julho - 1988

eletricitários e de trabalhadores em água e esgoto. Há que se destacar o setor de produção e distribuição de gás, que possui o seu Sindicato desde 1959 em São Paulo, mas é o único no país. Ao todo, são 67 Sindicatos espalhados por todas as unidades federativas deste país, sendo que 17 são de urbanitários, outros 17 são de água e esgoto, 32 são somente de eletricitários e 1 de gás (ver Quadro III).

A distribuição geográfica dessas entidades também é interessante. A sua grande concentração continua mesmo com o Sudeste e com o Sul, que com seus sete Estados reúne 40 entidades. Quanto à distribuição de responsabilidade política e sindical, a Federação Nacional reúne 51 entidades, enquanto que a de São Paulo congrega 9 e a de Minas 7 entidades. (Quadro IV)

Particularmente no Estado de São Paulo, as entidades sindicais existentes são antigas (algumas com mais de 56 anos de fundação) e possuem alto índice de sindicalização (como é o caso do STI Eletricitários de Campinas e Gasistas de São Paulo, com mais de 90% de

pois conforme a Lei determinava, eram necessários 5 entidades. Hoje a Federação funciona a partir da existência de 9 entidades (das quais 8 são filiadas, excetuando-se o Sindicato da Água de Campinas).

É certo que o setor é um dos mais mobilizados dentre os trabalhadores brasileiros. Há muitas experiências de greve na categoria, ainda que seja grande a repressão a esse tipo de movimento. Uma das maiores conquistas dos urbanitários, veio para a categoria dos eletricitários em 85, quando foi assinada a Lei que garantia o Adicional de Periculosidade para quem trabalha em área de risco, o que significou 30% a mais sobre o salário.

Além disso, é preciso que se destaque a concessão de auxílios-creche, alimentação (com vale-refeição e/ou cesta básica), adicional por tempo de serviço, gratificação de férias, etc. As empresas do setor possuem um dos maiores pisos salariais que se conhece.

Duas questões se colocam para a categoria a nível nacional a partir de 89. Uma delas relaciona-se com a luta pela recuperação das perdas salariais advindas da adoção pelo governo federal do chamado Plano Verão, a partir de 16 de janeiro. Pelas estimativas do DIEESE, essas perdas serão por volta de 50% para os trabalhadores que possuem data-base em 1º de janeiro.

Uma outra questão que se coloca já há algum tempo, é a da unificação das datas-bases a nível nacional. Hoje há na verdade quatro grandes datas-base do setor. A primeira delas é janeiro, envolvendo cerca de 45 mil trabalhadores do setor de energia (elétrica e gás), abrangendo basicamente os

A mais antiga Federação é a de São Paulo, que em 1989 completa 40 anos de vida

sindicalização, superando a média nacional).

A fundação da Federação dos Urbanitários paulistas se deu em 30 de outubro de 1959. (este ano completará 40 anos de existência). Sua fundação só foi possível a partir da fundação de outras 4 entidades (além do Sindicato de Campinas que existia desde 34),

Greve dos eletricitários de São Paulo: uma categoria combativa, apesar do sindicato se encontrar nas mãos de um pelego do "sindicalismo de resultados"



trabalhadores paulistas (CESP, CPFL, Eletropaulo e COMGAS). Outra data-base de grande significado é a de maio, envolvendo o setor de saneamento básico (há esforços para a unificação da Campanha Salarial a nível nacional, mas as dificuldades que se apresentam são muitas). As duas últimas datas-bases do setor são outubro e novembro, envolvendo as empresas estaduais e federais de energia elétrica.

Além disso, não se pode perder de vista as lutas de caráter quase que permanente, que são pela estabilidade no emprego, defesa das estatais e valorização e democratização da gestão pública dessas empresas. Isso significa, em outras palavras, que as admissões sejam feitas somente por concurso público, que se reconheça as entidades sindicais como legítimas interlocutoras dos trabalhadores, que se apure todos os atos e denúncias de corrupção levantadas pelos trabalhadores e pela imprensa, etc.

Com a sindicalização dos funcionários públicos, os atuais 67 Sindicatos de trabalhadores do setor saltarão em breve para pelo menos duas centenas. Os atuais 500 mil trabalhadores chegarão a perto de 1 milhão, que poderão marchar juntos e uniformes dentro de uma perspectiva de unificação das datas-base.

Cabe agora abrir uma discussão entre os trabalhadores do setor, que em nossa opinião é vital para o avanço das suas lutas: caberia neste momento uma reformulação da estrutura organizativa das entidades do setor? Seria viável a organização imediata da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, com o desmembramento da CNTI? Caberia a organização de Federações Estaduais e Interestaduais por esse Brasil afora? Quais os passos que devem ser dados para que se possa chegar a uma unificação das datas-base e das Campanhas Salariais a nível nacional?

Respostas a todas essas perguntas serão dadas pelos trabalhadores e seus dirigentes sindicais no dia-a-dia da vida, no curso dos acontecimentos. Mas esperamos que sejam para breve.

FONTES CONSULTADAS

1. Anuário Estatístico do IBGE - 1986
2. Catálogo Brasileiro de Entidades Sindicais Urbanas - IBGE - 1988
3. "Quem é Quem na Economia Brasileira" - Revista Visão - 1986
4. DRT/SP - Cartas Sindicais de Sindicatos de Urbanitários e da Federação
5. Arquivos da Federação Estadual e Nacional dos Urbanitários.



Plano Verão: um novo recorde do governo no arrocho dos salários

Umberto Martins e Agenor Silva *

O novo pacote econômico do governo Sarney — pomposamente intitulado de “Plano Verão” — impõe aos trabalhadores um profundo arrocho salarial, condena a economia à recessão e acelera o processo de desnacionalização, acentuando o caráter dependente do modelo econômico.

* Umberto Martins é jornalista e membro do Grupo de Economia do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais (Ceps). Agenor Silva, economista, presidente do CEPS.

O governo Sarney vem mostrando que é capaz de bater seus próprios recordes. Em junho de 1987, através do chamado Plano Bresser, ele procurou consolidar o que até então tinha sido o maior arrocho salarial da história brasileira. Os que atuam na área sindical e possuem boa memória conhecem suficientemente os fatos, de forma que não há maior necessidade de perder tempo descrevendo-os.

Observa-se agora, porém, que o governo atingiu uma nova marca nesse que parece ser o seu esporte predileto. As perdas embutidas no Plano Verão (para os trabalhadores, evidentemente) superam com folga o recorde estabelecido em meados de 1987.

Os últimos cálculos elaborados pelo Dieese, já com base na inflação oficial (IPC) de janeiro, 70,28%, revelam que o poder de compra dos salários foi reduzido quase que à metade. As quedas, em relação ao que deveria ser o valor dos rendimentos com a reposição completa da inflação (valor de pico), vão de 41,27% para categorias com data-base em janeiro a 49,91% para aquelas com data-base em junho. Desta forma, os reajustes necessários para eliminar as perdas variam entre 70,28% a 99,64%.

A história se repete, e mostra que ainda é bem atual a observação de que quando ela assim procede, encena uma farsa. O debate que novamente se instaurou sobre a relação entre o choque econômico e o valor real dos salários é uma bela ilustração deste fenômeno. Não faltam vozes para sustentar que os assalariados não foram prejudicados e podem até ganhar, o plano é neutro em relação à divisão do produto entre salários e lucros, além de outras coisas do gênero. Um barulho que nada tem de estranho: foi ouvido no Plano Cruzado, no Plano Bresser e se reproduz agora, com um caráter ainda mais marcadamente farsesco.

O Choque Verão, com seus predecessores, propõe a institucionalização do valor dos salários de acordo com o seu poder de compra médio num determinado período, neste caso

o ano de 1988. Assim, não acarretaria propriamente um novo arrocho, não implicaria em novas perdas salariais. É ocioso discutir se o seu resultado é ou não este, se o valor fixado pelo plano é menor, superior ou equivalente ao poder de compra médio verificado no ano passado.

A fixação do valor dos salários pela média é uma espécie de pacto entre as classes que vem sendo proposto pelo governo. Mas, em geral, é uma sistemática em si inaceitável para os trabalhadores, pois pressupõe a consolidação do arrocho previamente imposto pelo processo inflacionário. Além disto, estabelece um novo valor de pico (valor inicial, antes de sofrer a corrosão determinada pela alta dos preços), menor, que a desvalorização da moeda transforma num valor médio também mais reduzido que o anterior. A experiência brasileira mostra que quando — em consequência de uma inflação crônica — os choques se sucedem um ao outro em período relativamente curto do ponto de vista histórico (1986, 1987 e 1989), cada nova proposta de pacto é mais miserável que a anterior, a julgar conforme os interesses dos assalariados.

O movimento sindical não exagerou quanto ao arrocho embutido no Plano Cruzado

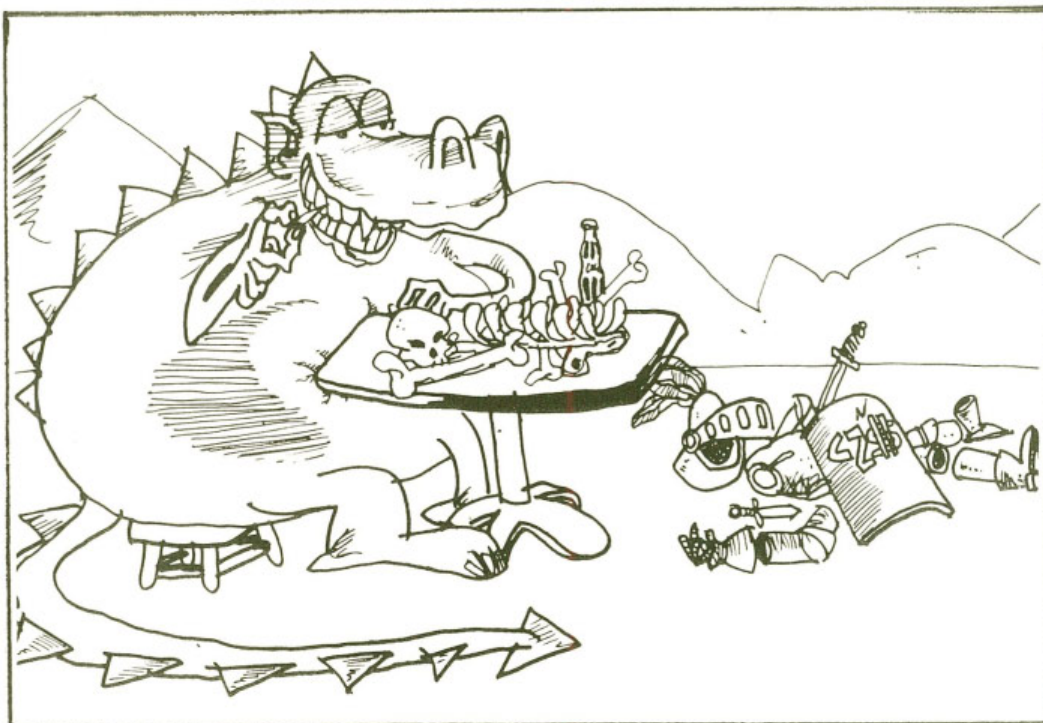
O Plano Cruzado embutia uma realidade salarial com certeza prejudicial aos trabalhadores, sendo, neste nível, inaceitável. O movimento sindical não exagerou ao denunciar o arrocho que ele implicava e exigir a reposição das perdas salariais históricas, impostas por meio da inflação, efeito que o choque propunha perenizar. Porém (é preciso que se reconheça), ele continha uma promessa bem mais generosa que os seus sucessores. Foi desmoralizado, aliás, basicamente por obra e graça das próprias classes abastadas — grandes comerciantes, multinacionais, latifundiários, etc.

Já o choque "heróico" (foi assim classificado em cadeia nacional de rádio e televisão) do senhor Luiz Carlos Bresser Pereira consubstanciava perdas salariais médias superiores a 30% sobre os níveis do cruzado I. O cidadão Bresser (santa ingenuidade) ocupa agora boa parte do seu tempo concedendo indignadas declarações contra a "incompreensão" dos trabalhadores e do movimento sindical, que não aceitaram o arrocho e foram à luta para recompor o poder de compra. Mundo, vasto mundo, é deveras engraçado!

Mas eis que agora, depois de tanta comédia, irrompe através dos seios sinuosos do verão a proposta mais indecorosa, e cínica. O valor dos salários atualmente em São Paulo (segundo o Dieese) corresponde a

Plenária conjunta da CUT e da Corrente Classista: primeira resposta dos trabalhadores ao Plano Verão





cerca de 80% da média verificada no final de 1984 (ano, é bom lembrar, paupérrimo, ainda afetado pela grande recessão iniciada em 1981). É esta realidade que Mailson da Nóbrega, ministro da Fazenda, sonha eternizar, inclusive tentando proibir por via legal (e de maneira inconstitucional) toda e qualquer reposição de perdas salariais históricas, anteriores a fevereiro. Não custa recordar, de passagem, que a nova média está sujeita às intepéries da inflação futura. Logo, decrescerá ainda mais.

Taxas de juros altíssimas: reside exatamente aí o caráter ortodoxo do novo Choque

O aspecto salarial, entretanto, não encerra toda a indigência do Plano Verão. A perspectiva econômica que ele oferta já a curto prazo, por exemplo, é o da recessão, cuja dimensão ainda não é possível divisar. Vários itens do pacote baixado pelo governo são claramente recessivos, a começar mesmo pelo arrocho salarial. Contempla, neste mesmo sentido, cortes generalizados nos gastos públicos e taxas de juros reais altíssimas, apontando para uma redução ainda maior nos níveis já precários de investimentos. Reside principalmente aí o caráter mais nitidamente "ortodoxo" do plano, que o diferencia por exemplo do cruzado I, cujos autores supunham ser possível combater a inflação sem sacrificar a produção.

Analisando de um prisma histórico um pouco mais amplo a perspectiva de recessão

ganha contornos dramáticos. Com efeito, o Brasil vive uma década de completa estagnação econômica. A evolução anual média do PIB **per capita** entre 1980 a 1987 foi medíocre, de 0,36%, de acordo com as estatísticas do IBGE. O país enfrentou uma profunda recessão no período 1981-1983 e dela mal saiu, mantendo um desempenho econômico de virtual marcha a ré nos últimos dois anos.

Em 1988, conforme ainda as últimas informações divulgadas pelo IBGE, registrou-se um declínio expressivo da produção industrial, de 3,2%, em relação a 1987 (um ano ruim para este setor da produção). As vendas ao comércio também registraram quedas espetaculares no mesmo período (superiores a 10% para alguns produtos).

Este estado de coisas, que combina doses de recessão num quadro de estagnação a médio prazo histórico, tem repercussões deploráveis para o país. Revela uma incapacidade para o crescimento econômico, para o progresso, e conduz a nação por um caminho de deterioração e empobrecimento contínuo. Reduz ano a ano o produto disponível para distribuição no seio da sociedade e provoca um acirramento constante da luta entre as classes e grupos sociais pela posse da sobra.

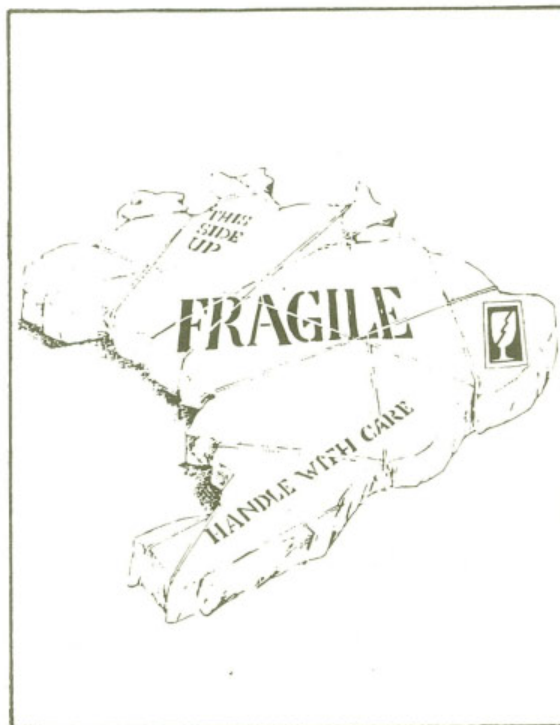
Outro aspecto condenável do plano verão relaciona-se com a solução pretendida para o desequilíbrio das finanças públicas. A pretexto de combater o déficit público, o governo acena, de novo, com a entrega mais descarada das empresas estatais ao capital estrangeiro, cortes nos gastos sociais e demissão de funcionários.

A falsidade desse tipo de medidas foi evidenciada pelas palavras de um dos principais "estres" que orientou a

elaboração do novo plano, o economista Mário Henrique Simonsen, funcionário de alto escalão do Citicorp e ex-ministro da Fazenda da época da ditadura militar. Ele comentou que a demissão de funcionários deveria ser feita apenas como um "feito-demonstração", com a finalidade de conceder credibilidade junto a ingênuos quanto ao Plano Verão. O resultado sobre as finanças seria desprezível, o que, de fato, é verdade.

Muitos analistas, e há já um bocado de tempo, identificaram e comprovaram largamente o caráter financeiro do déficit público (ver box na página 23). Ou seja, o déficit é basicamente em função das dívidas interna e externa. O governo, entretanto, nada fez para reduzir suas despesas com juros. Ao contrário, tratou de elevá-las às nuvens, alegando a necessidade de conter eventuais explosões de consumo e formação de estoques especulativos.

As decisões que toma a respeito do déficit, porém, tem efeitos. Outros, como a desnacionalização da economia, com a entrega das estatais a bancos externos e multinacionais; a deterioração ainda maior dos serviços públicos, além do sofrimento para milhares de famílias se for efetivada a demissão em massa na área do funcionalismo.



O Plano Verão não mexeu nos lucros formidáveis da grande burguesia

A equipe econômica de Sarney argumenta que todos os sofrimentos provenientes do pacote são essenciais se se deseja combater de forma eficiente o processo inflacionário. "Não existe outra saída", é o que afirmam.

Tal argumento, entretanto, corresponde tão somente à verdade do governo e seus compromissos com as elites. Mais do que um mero desequilíbrio monetário, a inflação reflete perturbações violentas no processo de apropriação das riquezas produzidas pela sociedade, é, geralmente, fruto de fortes contradições entre as classes e os grupos sociais para definir o perfil de distribuição da renda. A exigência do governo, traduzida no Plano Verão, de que os trabalhadores resignem-se com um padrão de vida miserável, com um poder de compra de mendigo e coisas do gênero, apenas servem para tornar patente esta realidade.

Ao mesmo tempo em que propõe aos assalariados este tipo de coisas, o choque não mexe em absoluto com os lucros formidáveis da grande burguesia nacional e internacional, mantém inalterado os fabulosos rendimentos dos banqueiros internacionais, a remessa escandalosa de recursos nacionais para o exterior com o objetivo de pagar os juros da dívida externa. E assim por diante. É patente que revela-se aí uma opção de classes, a opção de esmagar os pobres a favor dos potentados.

Apesar dos argumentos hipócritas utilizados pelos assessores do governo Sarney, a realidade é que não haverá um combate eficaz à inflação sem resolver de forma corajosa as questões de fundo que perturbam o processo produtivo e distributivo no país, cujos desdobramentos são o empobrecimento insuportável do povo, a inflação e outras chagas. Neste campo, tem importância particular a dívida externa contraída de forma ilegítima pelos sucessivos governos dos generais. É preciso exigir o não pagamento desses débitos.

O movimento sindical, aliado às outras organizações populares, aos partidos políticos progressistas, poderão encontrar uma solução para a crise à altura das necessidades que a história impõe: sem sacrificar a população e elegendo como vítimas as grandes fortunas, o grande capital, os bancos estrangeiros, os latifundiários. Mas isto pressupõe, antes de mais nada, o fim de governos entreguistas e reacionários do tipo deste do senhor Sarney.

O engodo sobre o déficit público

O déficit público tem sido apontado pelo governo e pelos patrões como uma das principais causas da atual crise econômica do país. Eles não explicam as verdadeiras razões do déficit e propõe como receita a demissão de milhares de servidores públicos e a redução drástica dos gastos com a infraestrutura para a população.

É um grande engodo!

Entrevistamos o jornalista Raimundo Pereira, editor da Retrato do Brasil, que recentemente realizou um alentado estudo sobre o tema.

Ele aponta as causas do déficit e as consequências do Plano Verão.

Marcos Aurélio Ruy*

“Caminhamos para o caos com juros de 1.000% anuais devido à elevação das taxas de juros decretadas pelo governo no recente Plano Verão. Os juros reais atingem cifras astronômicas (cerca de 8% ao mês), o que poderá quebrar a economia do país”, diz o jornalista Raimundo Pereira. Ele explica que “esse Plano não possui perspectivas populares ou democráticas, é ortodoxo e recessivo, elevando ainda mais os prejuízos da classe trabalhadora”.

Analisando a evolução da receita tributária governamental (impostos arrecadados) e das transferências (dinheiro desembolsado para cobrir déficits da Previdência, pagar juros da dívida interna, subsídios, e outras formas de transferências), percebemos as dificuldades. Da receita bruta são subtraídas as transferências: o seu saldo é a receita líquida. Dessa receita saem as despesas correntes (salários + consumo de bens e serviços).

Qual o significado disso? Um estudo do DIEESE, denominado “Déficit do governo e setor público brasileiro: um velho filme”, conclui que “o Estado está arrecadando cada vez menos recursos tributários em relação ao que vem gastando e não ao contrário como afirmam os economistas conservadores”.

Esse estudo afirma ainda que essa queda de receita tributária “foi provocada por várias isenções de tributos, incentivos e anistias fiscais concedidas às empresas privadas nacionais e internacionais, assim como através do controle de preços das empresas estatais que produzem bens e serviços intermediários às empresas privadas”. Então o governo resolveu cortar pelo outro lado - nas despesas com pessoal.

Aproveitando-se de que o emprego público é comumente apontado como um mecanismos de sustentação política, o governo ameaça seus funcionários com a demissão em massa. Segundo afirmações governamentais essa medida traria efeitos psicológicos importantes para o sucesso do Plano Verão, mesmo sabendo que em termos econômicos isso representaria muito pouco ao erário público.

Raimundo Rodrigues Pereira diz que atualmente o orçamento federal está dividido da seguinte maneira: 1/3 para salários e custeio, 1/3 para as transferências aos Estados e municípios e o terço restante para pagamentos dos juros da dívida interna. “Só que com a vigência do Plano Verão o governo afirma que só poderá gastar o que arrecada. Como o governo já arrecadava menos do que gasta com salários e transferências, aumentando a sua dívida o orçamento federal tende a atingir níveis insustentáveis para o Estado: 1/4 para salários e custeio, 1/4 para transferências e 2/4 para o pagamento dos juros, levando a total falência da máquina estatal”, conclui.

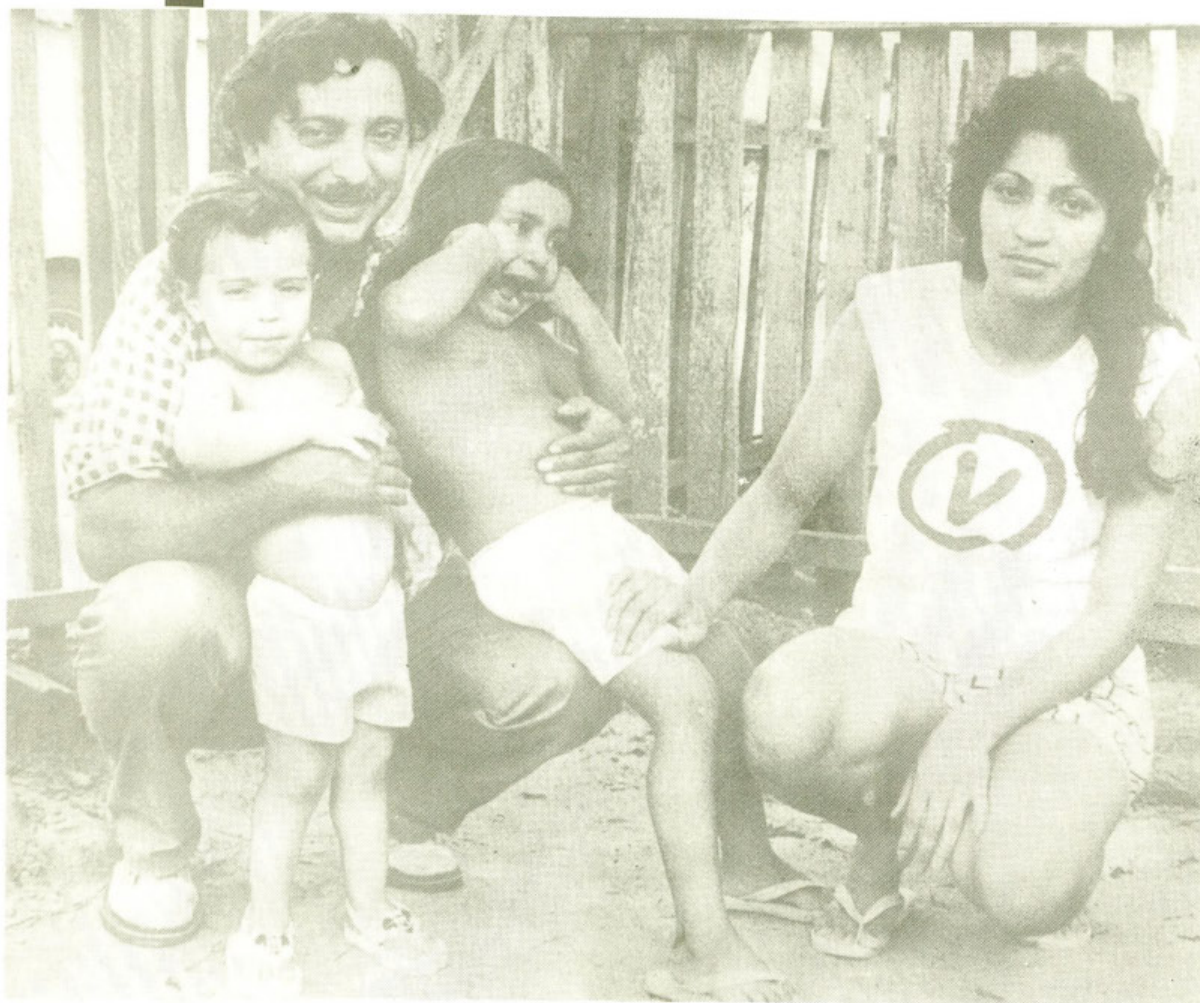
Há grande desinformação sobre os dados essenciais do orçamento público brasileiro e as autoridades ajudam a propagar a confusão e a falta do debate. Assim, o governo se permite não criar nenhum mecanismo para reduzir a sua dívida com o grande capital, que, ao contrário, vem aumentando, pois os grandes empresários são credores de juros, através dos títulos do governo.

Um estudo feito por dois ex-funcionários do Ministério do Trabalho, Sérgio Cutolo e Carlos Alberto Ramos, analisa profundamente a evolução dos salários na administração direta e indireta. Assim, demonstram como os salários do funcionalismo tem sido defasados nos últimos anos, chegando a perdas da ordem de 40% em 1985. Eles apontam também o quadro caótico e irregular do setor.

Lembram que em 1985, 48,85% dos funcionários recebiam até 3 salários mínimos, atingindo a cifra de 18,5% do total da massa de rendimentos. Enquanto no outro extremo da pirâmide, 4,40% ganhavam acima de 15 salários mínimos, concentrando 18,9% da massa de rendimentos.

Esses dois técnicos afirmam que “ao elevar as taxas e juros no mercado local o governo veio realimentar o próprio déficit”. O financiamento da dívida interna tornou-se, assim, “um mecanismo de transferência de uma parcela ponderável da renda nacional para o setor privado”, dizem eles.

*Estudante de jornalismo no Instituto Metodista, fundador do jornal secundarista “Correio João”, em São Bernardo do Campo, e funcionário do Departamento de Documentação (Dedoc) da Editora Abril.



**Líder sindical
Chico Mendes
com a sua
mulher Ilzamar
Gadelha
Mendes, e seus
dois filhos
Sandino e
Helenira, cujos
nomes
homenageiam
grandes
revolucionários**

Assassinato de Chico Mendes comprova a impunidade dos latifundiários no Brasil

Roseli Fígaro *

* jornalista e assessora de imprensa do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo.

A repercussão nacional e internacional do assassinato do líder sindical e ecologista, Chico Mendes, no dia 22 de dezembro de 1988, em Xapuri, Acre, parece ser ainda insuficiente para que a Justiça brasileira puna os articuladores e mandantes de tão

hediondo crime.

Tanto é assim, que os jornais de São Paulo chegaram a noticiar que "a falta de viaturas (só existem duas na delegacia de Xapuri e estão quebradas — Folha S.Paulo 3/2/89) paralisam as investigações do caso Chico

Mendes". E, lideranças da área, que acompanham as investigações, denunciam a falta de apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado na continuidade do inquérito.

Até o momento encontram-se presos apenas três dos suspeitos como mandantes e/ou executores de Chico Mendes: o fazendeiro Darli Alves da Silva, seu filho Darci Alves da Silva, ambos entregaram-se à polícia temendo a reação dos seringueiros, e Olossi Alves da Silva (também filho de Darli) preso posteriormente. Já Alvarino Alves da Silva encontra-se foragido nas matas e a polícia não consegue capturá-lo.

Outros suspeitos gozam de impunidade: o comerciante Gastão Mota foi preso e liberado posteriormente sem maiores explicações. O fazendeiro Benedito Rosa, ao saber das investigações da Polícia Federal, vendeu sua fazenda de 10 mil alqueires e foi para Goiás, segundo informações da própria polícia. O presidente da UDR do Acre, João Branco, ainda não foi ouvido pela polícia, apesar das denúncias do próprio Chico Mendes, quando ainda vivo, de que João Branco trouxe a UDR para o Acre para enfrentar o Sindicato de Xapuri.

Aliás, a impunidade é a grande estimuladora do verdadeiro banditismo que se instalou no chamado **Brasil dos Assassinos**, também conhecido como Amazonia Legal.

As investigações, denúncias e pressões da sociedade civil chegaram a uma verdadeira conexão do crime organizado com o tráfico de drogas que incriminam fazendeiros, filiados à UDR, comerciantes e pecuaristas da região de Xapuri-Rio Branco-Brasiléia, que teriam tramado a morte de Chico Mendes numa reunião em Rio Branco. Estas denúncias foram amplamente divulgadas pelo jornal local "A Gazeta". Gastão da Mota, Darli Alves e Alvarino seriam um elo importante desta conexão.

Após a morte de Chico Mendes continuam as pressões e intimidações aos seringueiros de Xapuri. A mulher de Chico, Ilzamar Gadelha Mendes, sofreu uma tentativa de estupro, por parte de um médico boliviano ligado a fazendeiros brasileiros; e Osmarino Amâncio Rodrigues, diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia(AC) e secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros, que está na relação dos ameaçados de morte pela UDR, sofreu, ainda em janeiro, a tentativa de invasão de sua casa, por dois desconhecidos.

O latifúndio já assassinou, entre outros, os deputados Paulo Fontelles e João Batista

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou uma lista de mais de cem nomes de pessoas ameaçadas de morte. Entre elas



Grande parte da floresta amazônica hoje se encontra devastada pela ganância dos empresários rurais

encontram-se quatro bispos: Dom Moacir Grechi, de Rio Branco (AC); Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT); Dom Jacó Ilgert, de Cruz Alta (RS); e Dom José Brandão de Castro, de Propriá (SE); o líder sindical Luiz Vila Nova, de Santa Luzia (MA); o padre Ricardo Rezende, coordenador da CPT Araguaia-Tocantins (PA); o deputado federal pelo PSB (PA), Ademir Andrade; a vereadora do PCdoB (PA), Maria do Socorro; além de dezenas de lavradores, sindicalistas, seringueiros, advogados, freiras e agentes da pastoral.

Desta mesma lista, já foram consumados os assassinatos do advogado e ex-deputado pelo PCdoB (PA), Paulo Fontelles, morto em 11/6/87; do padre Josino Moraes Tavares, em 10/5/86; do deputado pelo PSB(PA), João Carlos Batista, em 6/12/88; e do próprio Chico Mendes.

"São apontados como suspeitos dessas ameaças, em sua maioria, proprietários de fazendas onde ocorrem conflitos com posseiros, e geralmente citados como membros ou simpatizantes da União Democrática Ruralista - "afirma o relatório da CPT em matéria do jornal "O Globo".

O relatório da Anistia Internacional - "Brasil - Violência autorizada nas áreas rurais", dá conta de mais de 1000 assassinatos de camponeses e seus apoiadores de 1980 até início de 1988. O relatório entregue ao governo brasileiro em abril do ano passado é fruto de averiguações *in loco* de delegações da entidade ao país em junho e julho de 1986 e julho e agosto de 1987.

Além de pesquisar a atitude das autoridades policiais e da Justiça, em suas variadas instâncias hierárquicas, ouviu depoimentos de testemunhas, parentes de vítimas, e lideranças populares, chegando a concluir que: "há muitas evidências de tolerância oficial às atividades ilegais de agentes armados conhecidos como pistoleiros



Latifundiários usam até mesmo helicópteros para a repressão aos trabalhadores no campo

ou pessoal de segurança particular, empregados por grandes fazendeiros ou especuladores de terra, que atacam membros das comunidades camponesas.

"Há indícios de que ligações entre seus empregadores e autoridades estaduais teriam contribuído para que os pistoleiros e os que os contrataram não fossem detidos processados por seus crimes". E mais adiante, responsabiliza o governo brasileiro pelo não cumprimento dos compromissos assumidos em relação aos direitos humanos.

A Anistia Internacional, segundo seu relatório, tem conhecimento de apenas dois casos em que os pistoleiros foram condenados e de nenhum caso onde os acusados como mandantes de assassinatos tenham sido condenados pela Justiça. Ressalta que os assassinatos tornaram-se mais seletivos, estando intimamente ligados ao nível de organização e de politização das lideranças e da comunidade camponesa.

O documento traz também a afirmação feita

em relatório do MIRAD (extinto Ministério da Reforma Agrária), de fevereiro de 1987, de que: "algumas organizações políticas de direita, tais como a União Democrática Ruralista (UDR) e a Tradição Família e Propriedade (TFP), tem instigado a violência contra camponeses".

Em 1987, 109 pessoas foram mortas no campo e 273 sofreram prisões ilegais

Informações importantes traz o trabalho publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), *Conflitos no Campo — Brasil/87*, onde denuncia que a "ação direta de proprietários, de seus capatazes e de jagunços contratados foi responsável, naquele ano, por 96 dos 109 assassinatos em conflitos de terra, pela quase totalidade das ameaças de morte; tentativas de assassinato, lesões corporais e por 60% dos casos de tortura e maus-tratos". Nele se afirma que "a reação dos latifundiários e especuladores de terras consolidou-se, e **dotou-se de uma expressão política organizada com a UDR**" (O grifo é nosso).

Neste documento a CPT revela que houve no Brasil em 1987: 582 conflitos de terra documentados; 109 pessoas foram assassinadas; 143 receberam ameaças de morte; 276 sofreram prisões ilegais; 132 tiveram lesões corporais e 88 foram torturados. Houve 667.177 pessoas envolvidas nos conflitos de terra.

Os documentos da Anistia e da CPT são de domínio público e de conhecimento das autoridades governamentais. No entanto, a cumplicidade impede qualquer atitude digna.

Cerimônia de enterro do camponês João Canuto, líder sindical rural do Pará, mais uma das vítimas do latifúndio





Seringueiros do Acre são obrigados a se defender de armas em punho contra as investidas dos fazendeiros

Concentração gera conflitos

O Brasil possui uma das mais concentradas estruturas fundiárias do mundo. Segundo dados mais recentes (1986), divulgados pelo governo, as fazendas de até 100 hectares perfazem cerca de metade do número de propriedades rurais, mas cobrem apenas 3% da terra ocupada. As fazendas de mais de mil hectares perfazem menos de 1% do número total de propriedades rurais e ocupam 43% da terra. Calcula-se em 335 milhões de hectares não cultivados.

Em outubro de 1985, fruto da pressão democrática e das lutas no campo, o governo Sarney decretou o Plano Nacional de Reforma Agrária, que pretendia beneficiar 7 milhões de famílias de sem terras. O decreto previa o assentamento, até 1989, de 1.400.000 famílias. Sendo que a fase inicial deveria assentar 450.000 famílias, em dois anos.

No entanto, esses objetivos não foram minimamente cumpridos. A falta de vontade política do governo e a organização armada de latifundiários na UDR, fizeram retroceder o decreto governamental.

Posteriormente, na Constituinte a Reforma Agrária sofreu nova derrota. O Centrão e o lobby da UDR impediram que

as chamadas "terras produtivas" fossem desapropriadas. Uma forma de sabotar qualquer possibilidade de golpear o latifúndio no país.

A crônica concentração de terras nas mãos de uns poucos faz recrudescer a luta do campo. E os trabalhadores vão aprimorando suas formas de organização e resistência. Há quem diga que na área conflagrada do "Bico do Papagaio" (Goiás, sul do Pará e Maranhão), os lavradores assimilaram os métodos de luta dos guerrilheiros do Araguaia. Nos seringais da Amazonia os **empates** aparecem como forma concreta de luta, para que os povos da floresta impeçam a destruição das matas.

Mais do que resolver seus problemas de subsistência o trabalhador rural quer aparecer como alternativa econômica para a nação — quer produzir. A alternativa concreta apresentada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros foi as **reservas extrativistas**. Nelas Chico Mendes saberia — e os seringueiros o sabem — comprovar que 1 ha de floresta — com suas castanheiras, seringueiras e outros vegetais — dariam 20 vezes mais lucro do que os bois ali dentro.



Limites da luta econômica dos sindicatos nos marcos do sistema capitalista

Friedrich Engels

A partir desta edição, a revista **Debate Sindical** inicia uma nova série: “Teoria”. Nosso objetivo principal é o de aprofundar as discussões sobre o sindicalismo — sempre de um ponto de vista teórico. A seleção dos artigos terá como critério a procura de contribuições para o fortalecimento da concepção sindical classista, revolucionária, em nosso país. Também pretendemos, através destes artigos, abordar problemas candentes dos dias atuais e polemizar com as diferentes correntes que atuam na frente sindical.

Inauguramos a série com dois textos de F. Engels, escritos para o jornal “The Labour Standart” em 1881. Neles o revolucionário alemão, que colaborou com K. Marx na elaboração do histórico “Manifesto Comunista”, procura mostrar as limitações da luta econômica dos sindicatos. Sem menosprezar sua importância, Engels mostra que no sistema capitalista os trabalhadores nunca receberão “salários justos” — sempre serão explorados.

A questão do economicismo e do reformismo está muito presente nos debates atuais do movimento sindical brasileiro. Os artigos de Engels ajudam a enfrentar essa decisiva polêmica.

Um justo salário por uma jornada justa

Esta tem sido a diretriz do movimento da classe operária inglesa no curso dos últimos cinquenta anos. Tal diretriz prestou grandes serviços no período de ascensão dos sindicatos, depois da abolição em 1824 da infame lei contra o direito de associação. Melhores serviços prestou depois, na época do glorioso movimento cartista quando os operários ingleses estavam à frente da classe operária da Europa.

Entretanto, a história progride e muitas coisas que eram desejáveis e úteis há cinquenta ou trinta anos, agora são antiquadas e completamente fora de moda. Esta antiga e venerável diretriz faz parte dessas coisas. Um salário justo por uma jornada justa? Mas o que é um salário justo e o que é uma jornada justa? Como se lhes determinam as leis sob as quais vive e se desenvolve a sociedade moderna? Para responder a esta pergunta não devemos recorrer à moral, ao direito ou à igualdade nem a nenhum sentimento de humanidade, de justiça ou de caridade. O que é justo do ponto de vista da moral ou do direito pode estar longe de ser justo do ponto de vista social. O que é justo ou não do ponto de vista social está determinado por uma só ciência: a que trata os fatos materiais da produção e da distribuição, a ciência da economia política.

O que é para a economia política um salário justo por uma jornada justa? Simplesmente a taxa salarial, assim como a duração e a intensidade do trabalho de um dia, tal como os determina a concorrência entre empregadores e operários no mercado livre. E em que nível se fixam? Nas circunstâncias normais, um justo salário cotidiano é a soma de que necessita o operário para adquirir meios de subsistência necessários para mantê-lo em condições de trabalhar e de se reproduzir de acordo com as condições de vida de seu ambiente e de seu país. Segundo as flutuações da economia, o salário real está acima ou abaixo dessa soma; em condições normais, essa soma deve ser a resultante média de todas as oscilações.

Uma jornada de trabalho justa corresponde a uma duração e a uma intensidade da jornada de trabalho que absorva suas forças, mas que ao mesmo tempo não lhe tire suas faculdades de produzir no dia seguinte e nos sucessivos a mesma quantidade de trabalho.

Em consequência, a transação pode ser descrita desta maneira: o operário cede ao capitalista toda sua força de trabalho, quer dizer, tudo o que pode dar sem fazer impossível a renovação constante da transação, obtém em troca os objetos justamente necessários — e não mais — para subsistir e recomeçar o trabalho todos os dias. O operário dá o máximo e o capitalista o mínimo que admite a transação. Esta é uma igualdade muito singular!

Examinemos, porém, o assunto mais a fundo. Como segundo os economistas, o salário e a jornada de trabalho estão determinados pela

concorrência, a justiça parece exigir que as duas partes gozem de igualdade de condições. Mas isso não acontece. Se não se entende com o operário, o capitalista pode esperar porque pode viver de seu capital. O operário não tem essa possibilidade. Só tem seu salário para viver, de maneira que está obrigado a aceitar o trabalho, quando, onde e como se apresente. Desde o princípio, o ponto de partida não é o mesmo para o operário. Para ele, a fome representa uma terrível desigualdade. Mas segundo a economia política capitalista, isto é o máximo da justiça.

“Na concorrência com o capital, a fome é uma desvantagem para todos os trabalhadores”

No entanto, isto não é o essencial, em absoluto. O emprego da força mecânica e das máquinas em novos ramos da indústria, assim como a aplicação de equipamentos mais aperfeiçoados em ramos já dominados pelas máquinas, deixam sem trabalho um grande número de operários com um ritmo muito mais rápido que o da indústria para absorver e reempregar a mão-de-obra supérflua. Esta mão-de-obra excedente representa um verdadeiro exército de reserva para o capital. Quando os negócios andam mal, os desocupados podem morrer de fome, mendigar, roubar, ou ir às agências de emprego. Se os negócios vão bem, constituem uma reserva com a qual os capitalistas podem aumentar a produção. E enquanto o último homem, a última mulher, a última criança não encontrarem trabalho — o que só ocorre em momentos de superprodução frenética — os salários estarão comprometidos pela concorrência deste exército de reserva, cuja existência assegura ao capital um incremento de sua potência na luta contra o trabalho. Na





concorrência com o capital, a fome não só é uma desvantagem para os operários como também uma bala de canhão presa a seus pés. E isso é o que a economia política capitalista chama de igualdade!

Vejamos agora com quem paga o capital estes salários tão justos. Evidentemente com o capital. Mas o capital não produz valor, porque além da terra o trabalho é a única fonte de riqueza. O capital só é o produto acumulado do trabalho. Disto se depreende que os salários do trabalho são pagos com o trabalho, o operário é remunerado com o produto de seu próprio trabalho.

“O capitalista apropria-se do trabalho do operário e este recebe apenas para subsistir”

Segundo o que comumente se chama equidade, o salário do operário deveria corresponder à totalidade do produto de seu trabalho, mas segundo a economia política,

não seria justo. Com efeito, o capitalista apropria-se do trabalho do operário e este recebe não mais do que o estritamente necessário para subsistir. E o resultado desta concorrência tão “equitativa” é que o produto dos que trabalham se acumula invariavelmente nas mãos dos que não trabalham e se converte na arma mais poderosa para reforçar a escravidão dos que são os únicos e verdadeiros produtores. O que é então um salário justo para uma jornada justa de trabalho? Também se poderia dizer muito sobre jornada justa, que é tão “justa” como o salário. Mas deixaremos isso para outra ocasião. Para nós, já é completamente clara a conclusão: a velha diretriz já cumpriu sua missão e hoje já não se sustenta.

A justiça da economia política tal como a determinam as leis reais que regem atualmente a sociedade, esta justiça está de um só lado: o do capital. Portanto, tem de se enterrar de uma só vez esta velha fórmula e substituí-la por esta outra: a classe operária deve tomar posse dos meios de produção, isto é, das matérias-primas, fábricas e máquinas.

No artigo anterior, examinamos a diretriz estabelecida durante muito tempo: salário justo por uma jornada justa e chegamos à conclusão de que, nas condições sociais atuais, o mais justo dos salários cotidianos equivale necessariamente à mais injusta distribuição do produto do operário, já que a maior parte vai para o bolso do capitalista e o operário só recebe o justo que lhe permite se manter em condições de trabalhar e de perpetuar sua espécie. É uma lei da economia política, isto é, uma lei da organização econômica da atual sociedade, que é mais forte do que todo o direito escrito ou não da Inglaterra, inclusive o

Tribunal da Chancelaria.

Enquanto a sociedade se encontrar dividida em classes opostas — de um lado os capitalistas que monopolizam o conjunto dos meios de produção, a terra, as matérias-primas e as máquinas e de outro os operários que trabalham e se encontram privados de toda a propriedade sobre os meios de produção e só dispõem de sua força de trabalho — e subsista esta organização social, a lei do salário seguirá sendo toda poderosa e reforçará cada dia mais as correntes que fazem do trabalho escravo do produto de suas próprias mãos, produto que o capitalista monopoliza.

Os sindicatos ingleses têm lutado há quase sessenta anos contra essa lei capitalista. Qual tem sido o resultado? Conseguiram libertar a classe operária inglesa da escravidão a que a une o capital, que não é senão produto de trabalho dos operários? Permitiram-lhe, ainda que seja a uma pequena fração da classe operária, elevar-se de sua condição de escravo assalariado, fazendo-se dona dos meios de produção, matérias-primas, instrumentos e máquinas necessárias para a sua indústria e em consequência, do produto do seu próprio trabalho? É publicamente notório que não só nunca alcançaram este fim como também não trataram de fazê-lo.

“Sindicato é indispensável para a classe operária na luta contra o capital”

Não pretendemos em absoluto que os sindicatos sejam inúteis porque não o tenham feito. Pelo contrário, tanto na Inglaterra como em qualquer outro país industrial, os sindicatos são indispensáveis à classe operária para lutar contra o capital. O salário médio é igual à soma dos meios de subsistência de que necessitam os operários de um país determinado para se reproduzir conforme o nível de vida tradicional deste país. Tal nível é muito variável, segundo as diversas categorias de operários. O grande mérito dos sindicatos, em sua luta pela manutenção desta taxa de salário e pela diminuição das horas de trabalho, é que se esforçam para manter e aumentar esse nível de vida.

No East-end de Londres, há muitos operários cujo trabalho exige tanta experiência e ao menos é tão penoso como o dos pedreiros e de ajudantes de pedreiros e contudo ganham apenas a metade do que ganham estes. A razão desta diferença é muito simples: uma forte organização permite aos pedreiros impor aos capitalistas uma norma de salário consideravelmente mais elevada que os primeiros, que, ao estarem desorganizados e por isso serem impotentes, devem sofrer não só a exploração inevitável de seus patrões como também sua arbitrariedade. Seu nível de vida se degrada cada vez mais, seus salários caem até um nível que eles mesmos terminaram por aceitar.

A lei do salário, pois, não é uma lei que atua de maneira imutável e em linha reta. Até certo limite não é inexorável. Em todo momento,

salvo nos períodos de depressão extrema, para cada ofício existe uma certa margem dentro da qual os salários podem variar, segundo o resultado da luta entre os operários e capitalistas. Em cada caso, o salário é fixado por contrato; ora, em um contrato, o que resiste mais e melhor tem maiores possibilidades de obter mais do que obteria de outra maneira. Se cada operário trata isoladamente com o capitalista é vencido com facilidade e obrigado a se submeter.

Pelo contrário, se os operários de todo um ramo formam uma organização poderosa, reúnem fundos entre eles para resistir aos patrões conforme o caso e desta maneira podem tratar com eles de poder a poder, então — e só então — os operários têm uma possibilidade de obter o pouco que nos termos do regime econômico da sociedade atual se chama “um justo salário por uma jornada justa”.

Entretanto, a luta dos sindicatos não limita a lei do salário, pelo contrário, cumpre-se graças a ela. Sem os meios sindicais de resistência, o operário não receberia nem sequer o que lhe corresponde, segundo as leis do trabalho assalariado. Só porque o capitalista teme diretamente os sindicatos, vê-se obrigado a pagar ao operário o valor total de sua força de trabalho no mercado. A prova disto? Comparemos os salários que se pagam aos membros dos grandes sindicatos com os que se pagam na infinidade de indústrias pequenas dessa água estagnada que é o East-end de Londres.

Assim, os sindicatos não atacam o sistema de trabalho assalariado. Mas o nível alto ou baixo do salário não determina a degradação econômica da classe operária; esta degradação deve-se a que em lugar de receber o produto integral de seu trabalho, a classe operária vê-se obrigada a se conformar com uma parte de seu próprio produto, o que leva o nome de salário. Com efeito, como o capitalista é o proprietário dos meios de produção, apropria-se de todo o produto e com ele paga o operário.

Em consequência, não haverá verdadeira emancipação para a classe operária, enquanto ela não estiver de posse de todos os meios de produção — a terra, matérias-primas, máquinas etc. — e, portanto, de posse de todo o produto de seu próprio trabalho.

* O título e os intertítulos publicados são de autoria da redação. No livro “Sindicalismo”, da editora Ched, os textos aparecem com os respectivos títulos: “Abolição do Sistema Assalariado” e “O Sistema de Trabalho Assalariado”.



Manifestação organizada pela CGT em 62, no Rio de Janeiro: no momento do golpe o sindicalismo estava desarticulado e sem bases

O reformismo e suas consequências nefastas no movimento sindical

José Carlos Ruy *

Já em 1945, ainda como secretário-geral do Partido Comunista do Brasil, Luiz Carlos Prestes declarava: O PC é "não só do proletariado, mas de todo o povo". "O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido possível do capitalismo no país". "O imperialismo está moribundo e o capital estrangeiro perde a sua característica mais reacionária para se transformar em fator de progresso e prosperidade para todos os povos". "Procurar o seu sindicato para transformá-lo em instrumento de luta pela união nacional e garantia máxima da

ordem interna é o grande dever operário na hora que atravessamos" (1).

Estas declarações definem, já naquela época, os traços fundamentais daquela que seria a partir de meados da década de 50 a corrente reformista mais atuante, prestigiosa e nociva ao movimento operário brasileiro. Elas também elucidam o fato de um reduzido núcleo de revolucionários ter reorganizado, em março de 1962, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), exatamente por discordar das teses reformistas dos seguidores de L.C. Prestes.

Prestes refletia, internamente, o sentimen-

* Jornalista. Trabalhou nos semanários **Movimento e Retrato do Brasil**, é colaborador do jornal **"A Classe Operária"** e funcionário da Editora Globo.

to de camadas burguesas radicalizadas que se colocaram à frente da luta democrática e, externamente, uma tendência revisionista que se firmava, capitaneada pelos secretários gerais do Partido Comunista dos EUA, Earl Browder, e do Partido Comunista Italiano, Palmiro Togliatti - cujo pensamento e ação já trazia, embrionariamente, os principais traços daquilo que seria, décadas mais tarde, conhecido como eurocomunismo.

As principais teses reformistas que se consolidaram a partir de então são: a renúncia ao caráter de classe do partido do proletariado, e sua transformação em partido de todo o povo; a defesa da via pacífica e gradual para o socialismo; a luta por conquistas econômicas parciais; o abandono da idéia de ditadura do proletariado e sua substituição, em alguns lugares, pela noção gramsciana de hegemonia; a visão liberal do Estado como fruto de um pacto, neutro em relação às classes; a defesa da manutenção, conquista e transformação do Estado burguês, ao invés da luta por sua destruição e substituição pelo Estado proletário; a rejeição dos princípios leninistas de organização partidária e da política sindical orientada pelo partido; a luta pela desenvolvimento e "humanização" do capitalismo, contra o "capitalismo selvagem"; a defesa das instituições democrático-liberais; a harmonia e a colaboração entre as classes; a defesa de um longo período de convivência entre o socialismo e a propriedade privada; o abandono da concepção do papel dirigente da classe operária na luta pelo socialismo.

Após o XX Congresso, PC da URSS propaga pelo mundo as teses do revisionismo

Teses dessa espécie são defendidas "por correntes reformistas burguesas ou pequeno burguesas de base operária" (2), correntes que tiveram um grande desenvolvimento nas últimas décadas. No exterior, como já foi dito, elas estrearam com Earl Browder, em 1944 - mesmo ano em que o italiano Palmiro Togliatti defendia uma "democracia progressiva", que abre espaço para a superação gradual do capitalismo através de "reformas de estrutura", usando "formas parlamentares" (3). Desenvolvendo de forma reformista as idéias de Antonio Gramsci, Togliatti enfatizava a necessidade de conquista da hegemonia na sociedade e no aparelho de Estado, a chamada "guerra de posições". Dessa forma, o PCI iniciava gradualmente também o abandono da noção de ditadura do proletariado.

Nem o próprio Partido Comunista da



URSS ficou livre dessa propagação do reformismo e, em 1956, no seu XXº Congresso, dirigido por Nikita Krushev, aderiu clara e abertamente a essas teses, dando-lhes enorme prestígio. Krushev defendeu, então, a coexistência pacífica com as nações imperialistas; a via parlamentar, pacífica e gradual para o socialismo; e proclamou que a URSS já não era dirigida por uma ditadura do proletariado, pois o estado soviético "pertencia a todo o povo" (4). O reformismo do PC soviético acentuou-se nos anos seguintes, e revigorou-se nos anos 80, sob a direção de Gorbachev.

A velha Internacional Socialista, denunciada por Lênin e Rosa Luxemburg como reformista e oportunista já nas primeiras décadas do século, também fez seu recuo doutrinário nos anos 50. O Partido Social Democrático alemão deu o sinal para isso no Congresso de Bad Godesberg, em 1959, abandonando a luta de classes, as nacionalizações, a concepção de classe do Estado, e sua definição como partido de classe, apresentando-se como um partido popular (5). Desde então a social-democracia assumiu, sem reservas, seu caráter de partido burguês.

A social-democratização dos partidos comunistas europeus consolidou-se nos anos 70, quando as principais organizações já haviam perdido os últimos traços que as ligavam à tradição revolucionária marxista-leninista (o abandono da noção de ditadura do proletariado pelo PCF deu-se em 1976; pelo PCE em 1978; o PCI não precisou formalizar essa mudança, pois há muito tempo já estava distante desse conceito, substituído pela noção de hegemonia).

Um dos mais destacados líderes dessa corrente reformista é o dirigente do PCE, Santiago Carrillo. Ele escreveu em 1977 que as liberdades burguesas são um ganho histórico irrenunciável; apregoou uma estratégia "moderna" para a revolução, baseada na conquista de posições dentro do aparelho de Estado, e sua transformação "por meio

de uma via democrática"; anunciou a renúncia "à idéia de um **Estado operário e camponês**"; enfatizou o abandono da ditadura do proletariado; propôs a colaboração de classes; e defendeu a coexistência, no socialismo, "de formas públicas e privadas de propriedade durante um longo período (6).

Várias correntes políticas defendem o reformismo nas lutas operárias no Brasil

No Brasil, as principais correntes reformistas organizaram-se em partidos depois de 1945. Hoje, algumas encontram-se ainda organizadas dessa forma, enquanto outras espalharam-se por vários partidos progressistas; nem todas tem a mesma importância e peso político.

Em 1945, um setor radical da intelectualidade e da pequena burguesia, que defendia um "socialismo democrático", isto é, não comunista, iniciou um movimento que levou à organização do Partido Socialista Brasileiro, em 1947. Em seu programa, considerou "como patrimônio inalienáveis da humanidade as conquistas democrática-liberais (7). Extinto em 1965 pela ditadura militar, esse partido reorganizou-se depois de 1980.

Outro setor reformista que organizou-se em 1945 foram os católicos, fundando o Partido Democrata Cristão. Inicialmente conservador, nos anos 50 ele evoluiu para posições progressistas, embora sem abandonar uma concepção providencial e idealista da história. Em um documento de 1961, dizia que seus objetivos eram "tomar o partido dos dominados, não para convertê-los em dominantes, mas para superar a dominação"; "promoção humana de todo o povo"; recusa da "tese de que a guerra civil é entre nós o único instrumento realista de implan-

tação de uma ordem social justa" embora admitisse o direito à insurreição; defesa do "ideal de harmonia entre as classes" (8). Igualmente extinto em 1965, o PDC reorganizou-se após 1980, mas hoje é um partido conservador; os pedecistas históricos (como Franco Montoro ou Plínio de Arruda Sampaio) hoje estão em outros partidos - Montoro no PSDB e Plínio no PT -, parte dos democratas cristãos encontra-se no PMDB, mas o grosso da militância política católica está ligada ao Partido dos Trabalhadores, onde orientam-se por critérios semelhantes aos expostos acima. Apesar de seu radicalismo e do empenho com que esses militantes se envolvem nas lutas sociais, os limites de seu reformismo são claros: humanizar o capitalismo, eliminando suas características "selvagens"; harmonizar as classes pela justiça social; respeito e defesa das instituições democrática-liberais.

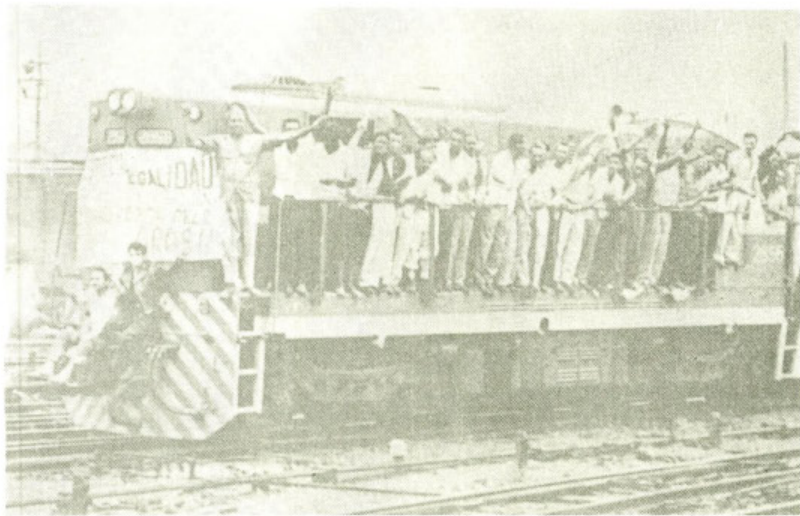
Uma corrente reformista mais moderna, juntando setores progressistas da burguesia, das classes médias e da intelectualidade, está organizada no PSDB - Partido da Social Democrática Brasileira, que reúne os setores reformistas saídos do PMDB. Eles defendem a "modernização capitalista" da sociedade, a abertura ao capital estrangeiro, o fortalecimento da "sociedade civil" (sindicatos, partidos, Igreja, organizações profissionais, imprensa) e o controle democrático do Estado pela sociedade.

As correntes reformistas historicamente mais importantes, em nosso país, nas últimas décadas, são aquelas alojadas no PTB e no PCB. O Partido Trabalhista Brasileiro foi organizado em 1945 por Getúlio Vargas com base na máquina sindical subordinada ao Ministério do Trabalho, para competir com os comunistas à frente do movimento operário. Tributário do trabalhismo inglês (que é uma das mais importantes alas da social-democracia europeia), os trabalhistas defendiam, ao lado das teses reformistas clássicas, reivindicações de caráter nacionalista. Em "Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro", Alberto Pasqualini defendia o "desenvolvimento da economia nacional das forças da produção e do progresso social" tendo "em vista as necessidades e os interesses das classes trabalhadoras, a justiça e a solidariedade social" (9).

PCB contribui para atrelar o movimento sindical aos interesses da burguesia

O clímax do trabalhismo ocorreu entre 1961 e 1964, com João Goulart na presidência da República. Esse foi também o período de sua perdição, do fracasso e colapso do movimento pacífico e legalista pelas reformas de base, apoiado pelo governo de Goulart.

Trabalhadores realizam manifestação pela posse de João Goulart, em 61: posteriormente o movimento sindical ficaria a reboque do governo





No comício da Central do Brasil, em 13 de março de 64, PCB iludia os trabalhadores com seus discursos reformistas

Depois de 1980, os trabalhistas reorganizaram-se; o PTB renasceu como um partido fortemente ligado aos militares e aos conservadores, e os trabalhistas históricos foram obrigados a criar uma nova sigla, o Partido Democrático Trabalhista, de Leonel Brizola — ligado à Internacional Socialista e que reivindica a continuidade histórica do PTB getulista.

Os reformistas de maior prestígio e influência entre os trabalhadores foram os que, na segunda metade da década de 50, tendo a frente Luiz Carlos Prestes e contando com o incentivo das teses revisionistas do XX Congresso do PC da União Soviética, aumentaram sua força no interior do Partido Comunista do Brasil e posteriormente negaram seu programa e estatutos e, inclusive, mudaram o nome do partido — passando a chamá-lo de Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Alguns grupos revisionistas, encorajados pela nova orientação soviética, intensificaram sua luta contra a orientação revolucionária e pela adaptação do partido às novas teses reformistas. Em 1957, a Corrente Renovadora, dirigida por Agildo Barata, foi derrotada e expulsa; outro grupo dissidente expulso foi o de Fernando Lacerda. Entretanto, a orientação reformista acabou prevalecendo no Comitê Central; alguns dirigentes (João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros) foram então afastados do Comitê Central (11) e o esforço de organização dos trabalhadores nos sindicatos e em comissões de fábricas — só em São Paulo foram criadas mais de 500 nos meses anteriores à greve de 1953 (12) — foi abandonado.

Em 1958, o PCB passou a orientar-se pela **Declaração de Março**, abertamente reformista. Ele dizia que “o proletariado e a

burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano” e que “o caminho pacífico da revolução brasileira é possível”. Defendendo a idéia de que a contradição principal em nosso país é a existente entre a Nação e o imperialismo norte-americano, o PCB dizia, no mesmo documento, que a contradição entre o proletariado e a burguesia “não exige uma solução radical na etapa atual” (13).

Dessa forma, o PCB contribuiu para atrelar e subordinar toda a luta política e sindical dos trabalhadores aos interesses dos setores nacionalistas da burguesia brasileira, definindo as linhas mestras da política do partido desde então. Ao abandonar a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e privilegiar a articulação cupulista do movimento sindical e operário, o PCB desarmou-se e desarmou o movimento popular tornando-o impotente para defender a legalidade contra o golpe militar de 1964.

Idéias reformistas predominam em diversos partidos no Brasil dos dias de hoje

Dinardo Reis, da direção nacional do PCB, reconhece que ainda hoje a orientação do partido se filia às teses de 1958 que, segundo ele, foram referendadas pelos V e VI Congressos, e desenvolvidas pelo VIII Congresso, de 1987 (14).

As teses reformistas tiveram um desenvolvimento detalhado nos anos 1970. Um de seus principais teóricos, Carlos Nelson Coutinho, hoje filiado ao PT, não esconde a influência eurocomunista em seu pensamento. Recusando a via insurrecional para a

tomada do poder, ele defende uma concepção "processual de transição ao socialismo", baseada na "expansão" da hegemonia das classes subalternas que implicaria "na conquista progressiva de posição (no aparelho de Estado) através de um processo gradual de agregação de um novo bloco histórico", isto é, de uma ampla aliança de classes.

Em outro lugar, defende a noção de que o Estado é neutro em relação às classes, e que os trabalhadores podem eliminar o domínio burguês sobre eles para "permitir que (os) institutos políticos democráticos possam alcançar pleno florescimento"; essa conquista de posição, além de ser base para novos avanços, "é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a novos recuos" (15).

Idéias semelhantes são defendidas também por alguns intelectuais que fazem parte da direção do PT. Francisco Weffort, por exemplo, escreveu que "o problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua", e que "não chegaremos jamais ao socialismo sem uma vastíssima e complexa luta pela hegemonia democrática". O economista Francisco de Oliveira, por sua vez, diz que "o Estado não é propriedade da burguesia; o Estado é uma relação de forças" (16).

Os trabalhadores conhecem, na prática e dolorosamente, o significado da orientação reformista. No momento mais dramático de sua luta contra a ditadura, na greve de 1980 no ABC paulista, os dirigentes do PCB pressionaram fortemente os líderes metalúrgicos primeiro para que a greve não fosse iniciada, e depois para que ela terminasse rapidamente. Considerando a greve um "aventureirismo golpista", os reformistas aconselharam os trabalhadores a esperar a consolidação da democracia para lutar por seus direitos. Em seu desvairio para conter a luta operária, mandaram um de seus dirigentes, Hércules Correia, a São Paulo para pressionar pelo fim da greve — missão

da qual o Ministério da Justiça da ditadura estava avisado e de cujos resultados foi informado (17).

A política do PCB continua fiel a essa orientação reformista e, longe de tentar dirigir a luta contra o capitalismo, diz que o grande desafio de hoje é "a construção de um novo bloco histórico, democrático e nacional, sob a hegemonia da classe operária, que expresse uma alternativa de superação do poder excludente e injusto que oprime o povo brasileiro" (18). Isto é, o PCB continua buscando uma aliança ampla (o bloco histórico) capaz de lutar pela democracia, e nada além disso — o socialismo permanece como uma meta distante.

**"Trabalhadores não podem
perdeu seu objetivo
maior: o fim do capitalismo"**

A orientação reformista do PCB transparece também em sua posição ambígua e acrítica em relação ao chamado "sindicalismo de resultados", liderado por Luiz Antonio Medeiros e Rogério Magri — para quem a luta sindical não deve ameaçar o capitalismo e a burguesia, mas apoiar a geração de negócios para as empresas, pois eles geram empregos e podem "encher o bolso do trabalhador de dinheiro" (19).

A luta sindical dos trabalhadores ocorre na fronteira tênue entre o reformismo e a revolução. Ao defender os interesses econômicos mais imediatos contra os patrões, os sindicalistas travam uma luta parcial justa, mas que se restringe aos limites do capitalismo, sem ameaçá-lo. Os trabalhadores não podem perder de vista — como os reformistas — os objetivos de longo prazo de seu movimento, isto é, a derrota do capitalismo e sua substituição por um sistema superior. Por maiores que sejam as conquistas obtidas na luta sindical, elas são migalhas perto desses objetivos maiores.

NOTAS

1. Carone, Edgar, *O PCB, 1943 a 1964*, V. 2, SP, Difel, pp. 22, 23, 30, 34, 37 e 38.
2. "O conceito de social democracia abarta todas as correntes reformistas burguesas ou pequeno burguesas de base operária". Duarte Pereira, *Movimento*, 21.01.1980.
3. Coutinho, Carlos Nelson, *A Dualidade de Poderes*, SP, Brasiliense, pp. 70 e 71.
4. Deutscher, Isaac, "A Falência do Kruschevismo", in Deutscher, Isaac e outros, *Problemas e Perspectivas do Socialismo*, RJ, Zahar, p. 30.
5. Poulain, J.C. e outros, *A Social-Democracia na Atualidade*, RJ, Civilização Brasileira, 1980, p. 71.
6. Carrillo, Santiago, "Eurocomunismo" e Estado, SP, Difel, 1978, pp. 3, 6, 15-16, 20-21, 33, 48, 59, 67, 69, 75 e 140.
7. Carone, Edgar, *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*, Vol. 2, SP, Difel, 1981, pp. 8 e 17.
8. Idem, pp. 130 e 131.
9. Idem, p. 122.
10. Partido Comunista do Brasil, *Cinquenta Anos de*

- Luta*, Ed. Maria da Fonte, Lisboa, 1975, pp. 44, 47-48.
9. Idem, p. 122.
11. Idem, pp. 52-53.
12. Boito Jr, Armando, *O Golpe de 1954: a Burguesia contra o Populismo*, Brasiliense, SP, 1982, p. 86.
13. Carone, O PCB etc, pp. 184, 187, 188 e 192.
14. *Voz da Unidade*, 15.7.1988.
15. Coutinho, Carlos Nelson, *Dualidade etc*, pp. 26 a 69; *A Democracia Como Valor Universal*, Ciências Humanas, SP, 1980, p. 5.
16. Weffort, Francisco, *Por Quê Democracia?*, Brasiliense, SP, 1984, pp. 38 e 131; Oliveira, Francisco, "Os Sentidos da Crise", in *Teoria e Debate* nº 5, jan-mar. de 1989.....
17. *Voz da Unidade* 24.4.1980 e 15.5.1980; *Veja* 7.5.1980.
18. "Uma Política Para a Democracia na Perspectiva do Socialismo", Declaração Política do 8º Congresso (Extraordinário) do PCB, in *Voz da Unidade* 24.7.1987.
19. *Folha de S. Paulo*. 1.5.1988 e *Jornal do Brasil* 6.11.1988.

Como devem se organizar os professores da rede particular de ensino?

Estamos publicando neste número da Debate Sindical extratos de um documento apresentado no II ENITE — Encontro Nacional dos Trabalhadores em Educação (rede particular de ensino), realizado em Brasília em novembro do ano passado. Esse documento veio para se contrapor ao da ANDES, que fundou e já elegeu a primeira diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (em Congresso Extraordinário ocorrido na mesma data no Rio de Janeiro).

O documento de II ENITE é de autoria dos Sinpros e Apropucs de São Paulo e Campinas. Com sua publicação, inauguramos a coluna Polêmica, que visa contribuir para o debate de temas de importância para os trabalhadores.

•••Preocupados em conquistar uma melhor organização nacional, os professores das universidades brasileiras, tanto das federais, quanto das estaduais e particulares, passaram a se organizar nacionalmente a partir de 1981, quando é fundada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a partir da realização de um Congresso de professores universitários, ocorrido em Campinas.

Ocorre porém que, apesar de todos os esforços feitos pelas entidades de base — as AD's, a ANDES acabou se firmando nacionalmente como uma representação de professores das universidades e escolas federais. Isso não porque os professores das particulares e das universidades estaduais não quisessem se organizar conjuntamente e a nível nacional. Ocorre que a própria realidade, a diversidade de "patrões" e dinâmicas diferentes levaram a consolidação dessa situação.

•••A filiação à ANDES somente ocorria por organização local de professores. Isso levou também a uma situação com dupla característica. De um lado os professores universitários que se viam em dificuldades de organizar a sua AD local, procuravam nos SINPROs o seu único e legítimo fórum de articulação e representação. Por outro, os próprios SINPROs, não podiam se filiar a ANDES.

Nas próprias localidades onde a organização sindical pelos SINPROs era mais consolidada e tinha-se mais tradição de luta, era a própria ANDES, através de reuniões setoriais e a nível nacional, quem orientava que as AD's realizassem campanhas

conjuntas com os Sindicatos de Professores da rede particular.

Isso levou a que os professores da rede particular de ensino se fizessem representar quase **que exclusivamente** pelos Sindicatos de Professores. Nessas organizações estavam presentes também os professores das escolas de pré, primeiro e segundo graus de ensino.

Com essas orientações da própria ANDES e como o trabalho conjunto realizado em quase todos os Estados entre os SINPROs e as AD's ocorreu de fato um fortalecimento das entidades sindicais representativas dos professores, sem no entanto ser discriminado se eram do pré, primário, segundo graus ou universidades...

•••Publicada de forma ampla no jornal de circulação nacional da ANDES, a proposta da diretoria da entidade passou a ser discutida mais intensamente com o movimento docente a partir de agosto do corrente ano (boletim nº 36).

De forma resumida e sintética, o documento da diretoria defende a sindicalização dos professores do terceiro grau, das universidades brasileiras, não importando a sua vinculação contratual, sejam eles de escolas públicas, federais ou estaduais, ou das escolas particulares.

Defende a proposta da ANDES, a sua consequente transformação em Sindicato Nacional dos Professores do terceiro grau do Brasil, e as AD's se transformariam em Delegacias Sindicais locais ou comissões de local de trabalho.

A proposta argumenta como sendo viável a



Professores da rede pública e da rede privada: será possível a organização em uma só entidade?

sua implantação, tendo em vista o novo quadro sindical advindo da promulgação da constituição brasileira em 05 de outubro.

Coloca como argumento central e imprescindível para a implantação da sua proposta de que os professores de terceiro grau "são de fato uma categoria profissional", justificando a sua organização nacional.

Vão mais além: defendem que o fato de produzirem "conhecimentos científicos e se dedicarem à pesquisas" os diferencia dos professores dos níveis de primeiro e segundo graus.

Por não concordarmos com um conjunto de posições e propostas defendidas pela diretoria da ANDES, estamos nos manifestando publicamente a partir deste documento, para contribuirmos com o debate, visando evidentemente o avanço da organização sindical dos trabalhadores em educação. Esta proposta que ora apresentamos é inicial e servirá para enriquecer os debates sobre o assunto...

*Isso delimita a questão dos "patrões" a que se refere a proposta da ANDES. Realmente não dá para colocarmos em um mesmo nível de discussão e negociação os representantes do ministério da educação, os secretários de educação estaduais e os governadores de estado, e os empresários de ensino, proprietários das escolas e donos das mantenedoras. Não queremos com isso, definir a organização sindical dos trabalhadores tendo como parâmetro os patrões. No entanto, é importante que coloquemos que o movimento das particulares, do ponto de vista sindical, necessita de um fortalecimento efetivamente diferenciado, pois além de estar completamente disperso, enfrenta dificuldades específicas;

*Essa diferenciação se dá ao nível não só das condições de trabalho e contratuais, mas especialmente dos salários recebidos pelos

docentes. A própria fonte pagadora dos nossos salários é bastante diferente da dos professores das universidades públicas. Se nossos salários são pagos com receitas provenientes essencialmente das mensalidades escolares, tentando solucionar esta contradição salários-anuidades, o setor das particulares tem levantado bandeiras como piso salarial unificado, regulamentação da profissão de professora, pagamento de horas atividades, etc., que acaba por impulsionar o seu movimento tanto a nível de influenciar nas leis mais gerais regulamentadoras da Educação, até a nível local nas campanhas salariais — os salários dos professores das escolas públicas provêm das contribuições dos impostos pagos pela população. Isso seguramente cria alguns impecilios e algumas dificuldades que precisam ser superadas de fato e não teoricamente, para a nossa aglutinação em uma mesma entidade sindical nacional.

*A própria exploração do trabalho docente se torna mais evidente nas escolas particulares, onde ela é bastante nítida quando os professores não recebem em termos salariais, uma grande parcela da sua jornada efetivamente trabalhada, que é chamada jornada excedente de trabalho e não remunerada. É o caso das horas dispendidas e não remuneradas para a correção de provas, dos trabalhos escolares, do atendimento aos alunos, etc. Isso não ocorre nas escolas públicas;

*As diferenças e as especificidades acabam caindo em certos detalhes e particularidades, que poderíamos citar dezenas de exemplos. Para não irmos muito longe, temos o fato da questão do ingresso nas carreiras docentes e as próprias normas regulamentadoras da educação nacional. Elas acabam sendo diferentes levando-se em conta o regime didático e grau de autonomia que possam gozar as Universidades. No entanto, não colocaremos como diferenciação entre os professores universitários e os de pré, primeiro e segundo graus, o fato dos professores de 3º grau produzirem conhecimento e os outros não. Não o faremos por dois motivos: primeiro porque do ponto de vista de uma concepção educacional de conjunto isto não é verdade, porque os três graus deveriam estar articulados; e em segundo lugar, porque atualmente, na rede particular de ensino, poucos professores universitários, com o grau de exploração a que estão submetidos, têm condições de produzir conhecimentos...

***Se por um lado a nova Constituição nos assegurou amplos direitos de organização sindical, especialmente a de nos articularmos nacionalmente em entidades democráticas fundadas e organizadas pelos próprios trabalhadores em educação sem a menor interferência do Estado, por outro lado surge neste momento a proposta da ANDES que, em nossa opinião, não atende às especificida-

des dos professores universitários das particulares que apenas se adequaria a uma organização sindical do tipo específico para os professores das Universidades Federais, uma espécie de sindicato nacional dos docentes das federais. A simples incorporação das AD's existentes no setor particular no sindicato proposto pela ANDES, vai enfraquecer o que até agora foi conseguido pelo movimento das particulares, em primeiro lugar porque os SINPROs representam sem sombra de dúvida, pela própria dinâmica que assumiu o movimento, parcela expressiva dos professores de terceiro grau da rede particular; em segundo lugar porque nos SINPROs os professores não se encontram divididos, mas lutam juntos não importando o grau em que trabalham, e isto ao nosso ver é mais avançado do ponto de vista sindical; em terceiro lugar, a incorporação do terceiro grau particular à ANDES seria feito artificialmente, porque dentro da ANDES não existe ainda o que poderíamos chamar de uma organização razoável deste setor. Em suma, em vez de fortalecer, enfraquece a organização até agora conseguida.

Por outro lado, achamos importante que se estructure de fato, das bases municipais até uma entidade nacional, os professores de primeiro, segundo e terceiro graus da rede pública e particular, e mais ainda, os professores e funcionários (Trabalhadores em Educação) da rede pública e privada de todos os graus. Isto, sem dúvida, aumentaria a nossa força e colocaria num patamar qualitativamente novo o nosso movimento...

•••A estruturação de uma entidade nacional de trabalhadores em educação trará a possibilidade de articulação geral das lutas e das bandeiras a nível nacional e criará maior possibilidade de enfrentamento contra a política educacional do governo. E por ser uma estrutura nacional, além de fortalecer as lutas a nível local, assumem o papel de representar os trabalhadores da educação da rede particular de ensino em fóruns conjuntos e unitários organizados de todos os trabalhadores em educação em geral.

Esta estrutura nacional, que deverá ser criada como fruto do avanço da luta do setor, tem que corresponder a este avanço, portanto deve ser democrática na sua forma de estruturação e nos seus fóruns de deliberação.

Enquanto diretorias de entidades representativas dos professores e auxiliares brasileiros de todos os graus de ensino da rede particular, temos a responsabilidade de apresentarmos propostas que se contraponham aquelas que, em nossa opinião, neste momento, não contribuem para o avanço da organização dos trabalhadores em educação do Brasil.

Neste sentido nossa proposta é de que a

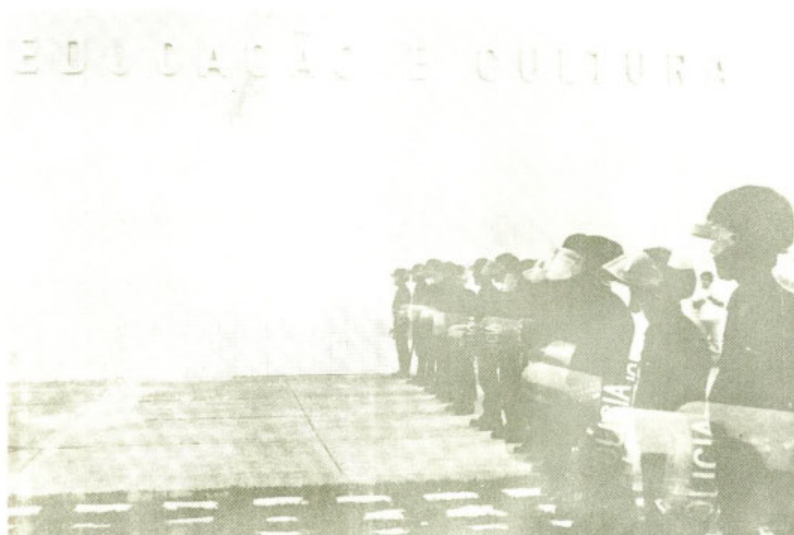
organização da CNTE **aponte na perspectiva** da representação de todos os trabalhadores em educação, incluindo os da rede pública, desde que a realidade e a mobilização conjunta assim o determine; que a ANDES se transforme em Sindicato Nacional dos Docentes das Universidades Federais Brasileiras...

•••A nova constituição brasileira, quando fala em sistema confederativo, acaba não descendo a detalhes de qual a melhor forma dos trabalhadores se organizarem nacionalmente. Se por um lado ela não extingue confederações existentes atualmente, por outro não impede que novas sejam criadas. Assim, segundo análises de juristas e assessores de entidades sindicais, mais do que nunca estão dadas as condições para que novas Confederações Nacionais sejam organizadas no Brasil pelos trabalhadores dos seus respectivos ramos de atividade econômica ou afins.

Entendemos que não é a forma que define se uma organização é ou não democrática e combativa, mas sim o seu conteúdo de luta. E este conteúdo por ser de luta e democrático constrói a forma que melhor lhe sustente. Desta maneira, não titubeamos em propor a forma confederativa, porque pretendemos explicitar o conteúdo democrático que nela imprimimos e a forma que, objetivamente, este conteúdo assume. Assim, propomos uma confederação que seja estruturada da seguinte maneira.

1. A realização de um congresso a cada 3 anos, que teria as seguintes atribuições:
 - 1.1 Eleição de diretoria para um mandato de 3 anos;
 - 1.2 Fixação do plano de lutas;
 - 1.3 Aprovação e alterações estatutárias;
 - 1.4 Fixação do plano de trabalho;
 - 1.5 Definição da carta de princípios da categoria.

"Polícia não é brucutu, e universidade não é quartel" - será mesmo?



Docentes recorrem à greve constantemente para conquistar aumentos salariais e a melhoria das condições de ensino



2. Os delegados para o congresso nacional deverão ser eleitos nas escolas em uma proporção democrática, buscando garantir as presenças de representantes de todas as escolas do país, de todos os estados. Para tal, será necessário que as entidades sindicais de base tenham sua representação de forma organizada nos locais de trabalho.

3. As diretorias dos sindicatos eleitos diretamente terão o direito a delegação proporcional de diretoria, desde que seja inferior ao número de delegados de base.

4. As diretorias de Federação eleitas em Congresso Estadual, terão direitos a delegação proporcional de diretoria, desde que seja inferior ao número de delegados de base. Com esta compreensão as Federações, assumindo forma democrática, possuem o papel de em seus congressos tirar política específica para seus estados, e de um a outro congresso nacional articular os sindicatos para colocar em prática em seus estados a política nacional de toda categoria, discutida e deliberada nos Congressos Nacionais.

5. A manutenção econômica da entidade nacional se dará a partir de parcelas de contribuições de entidades sindicais de base, bem como das Federações Estaduais e inter-estaduais.

6. Deverá ocorrer a abertura de sub-sedes da

Confederação Nacional em todos os estados brasileiros.

•••Não podemos aceitar em hipótese alguma que argumentos elitizantes e contraditórios do tipo que os professores do terceiro grau "produzir ciência e conhecimento" são diferentes dos professores de primeiro e segundo graus. Ainda que possamos reconhecer as especificidades do trabalho docente do terceiro grau, em hipótese alguma podemos utilizar esses argumentos para fazer valer a nossa visão de organização sindical, principalmente quando esta vem contribuir para a divisão e o enfraquecimento do nosso movimento...

•••São propostas iniciais e esperamos receber sugestões para que ela seja enriquecida e esteja realmente a serviço da organização dos trabalhadores em educação.

Estamos dispostos a um debate franco e aberto, realizado em bases democráticas, sem retaliações pessoais ou de qualquer outra natureza. Podemos até mesmo não estar apresentando a melhor forma de organização sindical para o setor, mas fazemos esta proposta com o espírito aberto, no sentido de acertarmos, de avançarmos realmente para o novo, um novo que ajude os trabalhadores a conquistarem melhores condições salariais e de trabalho, bem como uma situação para nosso país onde tenhamos as mais amplas liberdades de manifestação e expressão e uma vida melhor para todos...

Degeneração do "sindicalismo empresarial"

Capital, Sindicatos, Gestores, de João Bernardo; publicado pela Vértice e Editora Revista dos Tribunais, Volume 6; 1987; São Paulo; 118 páginas.

O livro de João Bernardo, "Capital, Sindicatos, Gestores", tem uma grande qualidade: sua primeira parte. Na segunda, o autor, que milita no movimento anarquista português, estende-se na tentativa de explicar que os patrões perderam seu papel no sistema capitalista e que este estaria sendo dirigido pelos chamados "gestores" — os executivos das empresas monopolistas. O esforço de João Bernardo, entretanto, não convence!

Para comprovar sua estranha tese, o autor fez uma pesquisa detalhada sobre o entrelaçamento dos sindicatos com as empresas nos países capitalistas. O resultado do estudo não confirma suas conclusões, mas, em compensação, demonstra cabalmente a degeneração do chamado "sindicalismo empresarial". Aí reside o mérito do livro. Ele mostra que, principalmente nos países imperialistas, os sindicatos abandonaram sua função de instrumento de luta dos trabalhadores e passaram a servir como fonte de lucros para os dirigentes apelegados e para a "aristocracia operária".

O livro apresenta dados irrefutáveis — e revoltantes. Ele denuncia, por exemplo, que a central sindical alemã, DGB, controla uma companhia **holding**, a BGAG, que empregava em 1982 cerca de 40 mil assalariados. Essa **holding** dirige vários empreendimentos, como o BfG, que em 82 era a nona ou décima maior instituição financeira do país e a 73ª do mundo.

Já no caso dos EUA, a corrupção do sindicalismo é ainda mais asquerosa. O autor destrincha os vínculos da poderosa central sindical americana, a AFL-CIO, com as grandes corporações do país. Vários dos dirigentes desta central são integrantes das diretorias executivas das maiores multinacionais do planeta. Através da utilização dos fundos de pensões dos assalariados e de outros recursos ilícitos, a AFL-CIO detém ações de importantes empresas: 13,7% da Holliday Inns, 12,9% da McDonalds, cerca de 15% da Chrysler, etc.

As informações contidas no livro "Capital, Sindicatos, Gestores" são valiosas. Mesmo que seu conteúdo mais geral seja equivocado, o livro ajuda a entender os mecanismos utilizados pela burguesia para controlar as organizações sindicais e deturpar totalmente seu papel.

**CAPITAL,
SINDICATOS,
GESTORES**

João Bernardo

BIBLIOTECA DO FUTURO

As lições do golpe militar de 64

O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil — 1961-1964, de Lucília de Almeida Neves Delgado; publicado pela Editora Vozes, Petrópolis; 1986; 2ª edição; 223 páginas.

O que realmente aconteceu em 1964? Por que o movimento sindical e as forças progressistas da sociedade não conseguiram barrar o golpe militar? Qual o nível de mobilização dos trabalhadores e que tipo de direção era dado às lutas sindicais? Por que foi tão tímida a reação inicial do sindicalismo aos generais golpistas?

Estas questões são de grande relevo. Do estudo das experiências da década de 60, da análise dos seus erros e acertos, é que podemos tirar lições para a ação sindical no presente e no futuro. A busca de respostas a essas perguntas é que motivou a professora mineira Lucília de Almeida Neves Delgado a escrever o livro "O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil/ 1961-1964".

A obra apresenta um rico apanhado histórico. Faz um levantamento das principais mobilizações, greves e congressos do período e esboça um painel da situação organizativa do movimento sindical, inclusive mostrando o nível de influência das principais correntes políticas. Mas ela vai além. Do estudo

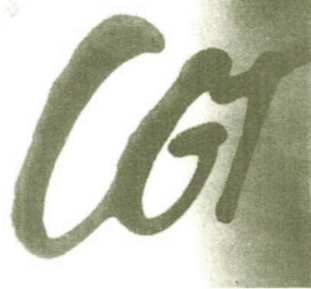
histórico, a autora aponta o que ela considera as principais debilidades e equívocos do sindicalismo na época. Erros estes que abriram espaço para um golpe de consequências tão trágicas para o povo brasileiro... e que não podem ser repetidos!

Conforme procura demonstrar, o sindicalismo desta fase ficou a reboque do governo João Goulart, privilegiando as negociações de cúpula em detrimento das lutas dos trabalhadores. Essa postura, de completa falta de independência, levou ao desenraizamento dos sindicatos, que deixaram de investir na organização das bases, na construção de organismos de luta nos locais de trabalho.

O livro traz importantes contribuições para o sindicalismo atual, ainda mais porque os desvios do passado continuam a existir no presente. Em nossa opinião, no entanto, ele deixa de abordar de forma mais aprofundada as origens e o conteúdo da concepção sindical que era hegemônica na década de 60. A questão do reformismo, que é o fator que gera o cupulismo e a conduta de amortecimento das lutas de classes, ainda merece maior estudo. Nessa edição, a **Debate Sindical** apresenta dois artigos sobre o tema.

**O Comando Geral
dos Trabalhadores
no Brasil 1961-1964**

de Lucília de Almeida Neves Delgado





Seminário Nacional da Corrente Classista, onde o CES apresentou o documento básico para contribuir com as discussões

Mudanças importantes na diretoria e nos estatutos

Desde o último dia 10 de fevereiro, o Centro de Estudos Sindicais (CES), fundado em abril de 1985, está com nova diretoria. Em assembléia realizada em nossa sede, os seus estatutos foram alterados e uma nova diretoria tomou posse.

A nova diretoria é composta somente por assessores sindicais, o que já reflete as mudanças ocorridas na entidade, que a partir de agora também conta com um Conselho Consultivo, integrado por dirigentes sindicais. Esse Conselho Consultivo também teve a sua eleição no último dia 10.

A grande e substancial modificação nos estatutos da entidade foi o fato de que a partir de agora somente poderão se associar ao CES as entidades sindicais em todos os níveis, sejam elas Sindicatos de base, Federações Estaduais, Interestaduais e as Nacionais, Confederações e Centrais Sindicais de Trabalhadores. É a nova fase que o CES vai entrar.

Balanço de 88

Em que pesem as dificuldades enfrentadas pela entidade, em função do período de reestruturação ocorrida em 88, o balanço que se fez das atividades do CES nesse ano foi extremamente positivo. Sejam elas sob o aspecto da realização de cursos, de pesquisas e estudos, ou ainda na realização de palestras e conferências, sempre convidados pelas entidades sindicais de base de vários Estados.

Ao todo, em 88, o CES conseguiu atingir cerca de 2 mil pessoas, sindicalistas e

trabalhadores em geral, com seus cursos e palestras. Cerca de 100 entidades estiveram presentes nessas atividades, que envolveram 10 Estados brasileiros. Ao todo o CES realizou 20 cursos de formação sindical.

O mais significativo nisso tudo foi a elaboração do Caderno do CES nº 1, editado em outubro do ano passado, fruto de um Seminário Nacional realizado em julho. Esse caderno trata das mudanças ocorridas no sindicalismo a partir da promulgação da nova Constituição. Esse caderno, fruto de muita pesquisa, estudo e debates com sindicalistas, teve um sucesso garantido, pois trata de questões candentes e que estão na ordem do dia, como a democratização das entidades sindicais, sua nova estrutura, sistema confederativo, etc. A primeira edição, com 4 mil exemplares, esgotou logo e já estamos na segunda edição, que se encontra à disposição das entidades.

Para 89 o CES está lançando, a partir de fevereiro, o seu caderno 2, que apresenta uma proposta de estatuto democrático de entidades sindicais. Também foi viabilizada a revista Debate Sindical nº 5, e a partir dela o CES procurará dar uma periodicidade trimestral às suas edições.

As perspectivas são extremamente positivas. Será iniciada logo uma grande campanha de filiação das entidades sindicais no CES para que se possa ter estrutura para levar à frente a proposta de colocar o CES à serviço do sindicalismo combativo e classista, que luta pelos reais interesses dos trabalhadores brasileiros.

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS

CES

DIRETORIA

Presidente: Altamiro Borges

Secretário-geral: Magnus Farkatt

Tesoureiro: Antônio Soares

Diretora de Imprensa: Roseli Figaro

Diretor de Formação Sindical: Lejeune Mato Grosso de Carvalho

SUPLENTE

Bernardo Joffily

Juarez Tadeu de Paula Xavier

Marcelo Cláudio César Cardia

CONSELHO FISCAL

Gilmar Tadeu Ribeiro Alves

Marta Regina Maia

Cristina Soares da Silva

SUPLENTE DO CONSELHO

Adriana Corrêa Saker

José Antônio Lemos

Evangelina Maria de Souza Lemos

CONSELHO CONSULTIVO

* **José Carlos Schulte** — presidente da Federação dos Comerciantes do Rio Grande do Sul.

* **Nivaldo Santana Silva** — presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Sabesp/Cetesb (SP)

* **Enéas Silva dos Santos** — secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba (SP)

* **Elio Antonio Candido** — vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto, Sertãozinho e região (SP)

* **Élio Neves** — presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara e primeiro vice da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.

* **Renato Artur do Nascimento** — secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

* **José Ferreira** — presidente do Sindicato dos Professores de Niterói e São Gonçalo (RJ)

* **Joaquim Antônio** — presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias (RJ)

* **Edmundo Costa Vieira** — presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé (MG)

* **Wellington Teixeira Gomes** — presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITEE).

* **Roberto Assis Ferreira** — presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais.

* **José Marcio de Carvalho Vale** — presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais.

* **Antonio Renildo Santana Souza** — diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador.

* **José Álvaro Fonseca Gomes** — presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia.

* **Maria José Rocha Lima** — presidente da Associação dos Professores Licenciados da Bahia.

* **Wilson Martins Furtado** — secretário-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia.

* **Sérgio Barroso** — diretor da Federação Nacional dos Médicos.

* **Maria Alba Correia** — vice-presidente da Confederação dos Professores do Brasil (CPB).

* **Francisco de Assis Silva** — presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Ceará.

* **Luiz Carlos Andrade Morais** — secretário regional Nordeste da Federação Nacional dos Urbanitários.

* **Júlio César Rêgo Guterres** — presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Luís (MA).

* **Raimundo Moacir Martins** — presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Belém e Ananindeua (PA).

* **Ronald Freitas** — jornalista e diretor do Instituto de Cultura Operária (ICOP).

* **Geraldo Santana Pimenta** — Médico do Trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé (MG)

* **Annibal Fernandes** — advogado, Assessor Jurídico da Federação dos Urbanitários do Estado de São Paulo e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

FIQUE SÓCIO DO CES

O Centro de Estudos Sindicais nasceu em abril de 1985. Seu principal objetivo é o de contribuir para o avanço do sindicalismo brasileiro. O CES não tem fins lucrativos, é sustentado pelas entidades sindicais e conta com a colaboração voluntária de sindicalistas e estudiosos do tema.

Entre as atividades promovidas pelo CES destacam-se:

- * Edição da revista Debate Sindical — uma publicação de análise, polêmica e intercâmbio de experiências.
- * Promoção de cursos sobre a história do movimento sindical, organização dos assalariados nos locais de trabalho e outros
- * Realização de estudos sobre questões atuais do sindicalismo, tais como estrutura sindical, estatutos, comissões de fábrica, legislação trabalhista, etc.
- * Publicação de cadernos com análises e propostas para o conjunto do movimento sindical.

Entre em contato com o CES. Ajude a manter uma entidade voltada para o fortalecimento do sindicalismo.